

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

LAURA FONTES SILVA

**TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS:
PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS**

VITÓRIA

2025

LAURA FONTES SILVA

**TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS:
PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na área de Epidemiologia da Universidade Federal do Espírito Santo como pré-requisito para conclusão do mestrado acadêmico de Laura Fontes Silva sob orientação de Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.

VITÓRIA

2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586t Silva, Laura Fontes, 1998-
TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES
E FILHOS: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS /
Laura Fontes Silva. - 2025.
81 p. : il.

Orientadora: Franciele Marabotti Costa Leite.
Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde.

1. Saúde Coletiva. 2. Epidemiologia. I. Leite, Franciele
Marabotti Costa. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências da Saúde. III. Título.

CDU: 614



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva da aluna
Laura Fontes Silva

Às treze horas do dia 03 de outubro de dois mil e vinte e cinco, em ambiente híbrido, centralizado no Auditório do PPGSC/Ufes, foi instalada a sessão pública para julgamento da dissertação elaborada pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, matriculada sob número 2023230306, intitulada **"TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS"**. Após a abertura da sessão, a Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, os professores doutores: Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite (orientadora), Profa. Dra. Maíra Lopes Almeida (membro externo/ Universidade Federal de Goiás), Profa. Dra. Célia Regina Rangel Nascimento (membro interno/UFES), Prof. Dr. Amâncio Antônio de Souza Carvalho (suplente externo/UTAD), Profa. Dra. Luciana de Cássia N Nascimento (suplente interno). Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da aluna. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu **APROVAR** a mestranda. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

Vitória, 03 de outubro de 2025.

Considerações da banca de defesa:

A temática é de grande interesse para a saúde coletiva, com objetivo factível e metodologia adequada. Os resultados foram alcançados com a produção de uma dissertação com a construção de dois artigos submetidos a revistas de alto impacto na saúde coletiva. A mestranda apresentou o trabalho de forma clara e segura. A banca fez considerações quanto ajustes na introdução, metodologia e artigo 2 de modo a complementar as informações.

Prof.(a) Dr.(a) Franciele Marabotti Costa Leite
(orientador/a)

Documento assinado digitalmente
gov.br Maira Lopes Almeida
Data: 06/10/2025 09:32:01 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Maíra Lopes Almeida
(membro externo – UFG)

Assinado por: **AMÂNCIO ANTÔNIO DE SOUSA
CARVALHO**

Prof. Dr. Amâncio de Souza Carvalho
(suplente externo – UTAD)

Num. de Identificação: 06935594
Data: 2025.10.09 07:57:01 -0300

Documento assinado digitalmente
gov.br LAURA FONTES SILVA
Data: 06/10/2025 19:02:02 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Laura Fontes Silva
(discente)

Profa. Dra. Célia Regina Rangel Nascimento
(membro interno/UFES)

Profa. Dra. Luciana de Cássia N Nascimento
(suplente interno/UFES)

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – CCS – UFES
Av. Marechal Campos, 1468 – Maruípe – Vitória – ES – CEP 29.043-900.

Contato: 27.3335.7287 / ppgsc.ufes@gmail.com

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Autenticidade de Assinatura Digital, onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
FRANCIELE MARABOTTI COSTA LEITE - SIAPE 2534135
Departamento de Enfermagem - DE/CCS
Em 06/10/2025 às 18:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1215416?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LUCIANA DE CASSIA NUNES NASCIMENTO - SIAPE 2682278
Departamento de Enfermagem - DE/CCS
Em 08/10/2025 às 10:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1216565?tipoArquivo=O>

Dedico este trabalho à minha família, minha grande inspiração de vida.

Aos meus amados amigos pelo apoio e incentivo durante o mestrado.

E a todos os integrantes do LAVISA pelos ensinamentos e aprendizados.

AGRADECIMENTOS

Não considero possível iniciar um tópico nomeado “agradecimentos” sem me nortear por Jesus a quem eu dedico não só meu trabalho, mas toda minha existência. A minha vida é dom dele e esse será sempre meu maior agradecimento.

À minha família por toda compreensão e dedicação ao meu crescimento e desenvolvimento. Em especial ao meu amado esposo Raphael Machado Monteiro por todo incentivo, companheirismo e apoio durante essa trajetória profissional desde que éramos namorados e graduandos. Antes de todos os demais títulos, fomos e somos amigos de verdade, e ter alguém como você ao lado é uma graça que não me canso de agradecer. Você oportuniza minha vida a todos os meus sonhos e me ajuda a ser melhor em tudo que faço, Phael. Muito obrigada.

Aos meus pais, Waldinei Caetano da Silva e Filomena Aparecida Fontes de Oliveira Silva: Minha grande honra na vida é ser filha de vocês e ter em quem me inspirar todos os dias. Vocês são meu porto seguro e assim como contam os livros: “só é possível voar alto quando se tem onde pousar”.

Aos meus amados avós, em especial minha avó Filomena Aparecida de Oliveira Fontes que sempre acreditou em mim, apoiou e lutou por todos os MEUS sonhos ainda que parecessem impossíveis e nos afastasse fisicamente. Obrigada, vizinha. Às minhas irmãs Gabriela Fontes Silva, Isadora Fontes Silva e meu cunhado Gabriel Parreira Paes pelo carinho e fidelidade durante minha ausência. Vocês me inspiram a pensar como família e me fazem ter certeza de que nunca estarei só. Aos meus sogros Adriana Machado de Souza Monteiro e Antônio Claudio Monteiro de Oliveira por seu carinho e apoio durante essa trajetória.

Aos meus amigos que são meu suspiro em meio às demandas da vida. De modo especial à amiga Emily de Jesus Fraga, minha companheira e grande incentivadora. Você é amiga das que se conta nos dedos de uma só mão, Serena. Obrigada por topar essa experiência comigo de olhos fechados. À amiga Dominique da Silva Reis que me ajudou a entender minhas aspirações profissionais, procurar e me inscrever no mestrado. Você é uma inspiração e tornou isso possível, Domi.

À minha orientadora e professora Franciele Marabotti Costa Leite pela oportunidade de aprender com tanta maestria e dedicação, e por oportunizar tantos aprendizados e experiências. Você é inspiração para a profissional que pretendo ser um dia com todo seu amor por sua profissão. Muito obrigada por tudo. Aos queridos integrantes do LAVISA por todo apoio, carinho e aprendizado. Em especial aqueles que estiveram mais próximos de mim e de modo direto contribuíram para meu desenvolvimento: Luíza Eduarda Portes Ribeiro, Micael Franco Alves, Fernanda Garcia Gabira Miguez e Nathália Miguel Teixeira Santana, muito obrigada.

Aos grandes encontros oportunizados por esse mestrado que mudaram minha vida. Em especial aos queridos Amâncio Antônio Carvalho e Maria da Conceição Carvalho que foram grandes presentes dessa trajetória. Muito obrigada por todo carinho e acolhida durante o tempo em que estivemos juntos, e pela amizade que teremos pela vida. À querida Lorenna Baião Vieira, amiga que o mestrado me apresentou e se tornou grande companheira de vida.

À querida Solange Maria Possati, que cuidou tão bem da minha casa na minha ausência, proporcionando tranquilidade para que eu me dedicasse aos meus demais afazeres. Aos meus queridos pacientes que me impulsionam a aprender sempre mais e me fazem refletir todos os dias a importância da minha dedicação profissional. Aos profissionais da UFES por sua dedicação no ensino, e a todos que de alguma forma contribuíram para que esse momento chegasse, muito obrigada.

RESUMO

Introdução: A violência familiar em qualquer formato, aumenta a probabilidade de ocorrência de outra forma de violência familiar. O contexto no qual a vítima está inserida pode ser configurado como fator de risco ou proteção à vitimização da violência. A presente pesquisa teve o interesse de investigar violência parental buscando associações com variáveis sociodemográficas e a vivência violência por parceiro íntimo (VPI). **Objetivo:** Investigar a associação entre tática de resolução de conflitos parentais adotadas por mães, seu contexto sociodemográfico e a violência por parceiro íntimo ao longo da vida, em famílias com filhos de até 19 anos residentes de Vitória, capital do Espírito Santo. Participaram do estudo 418 mães com 18 anos ou mais, residentes do município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo no Brasil. **Métodos:** Este estudo é oriundo de uma pesquisa transversal de base populacional intitulada “Violência contra mulher em Vitória, Espírito Santo: Um estudo de base populacional”. Os dados foram coletados no ano de 2022 por meio de entrevista face-a-face nos domicílios das mulheres residentes participantes. **Resultados:** Os resultados demonstram alta prevalência de violência como tática de resolução de conflito parental entre mães e filhos, no entanto a prática da disciplina não violenta é a mais prevalente demonstrando um método misto de resolução dos conflitos. A associação entre VPI em todas as suas tipologias e táticas violentas de resolução de conflitos parentais foi positiva. **Conclusões:** A utilização de práticas violentas maternas frente aos conflitos parentais estão relacionadas a vitimização de violência por parceiro íntimo por parte da mãe em todas as suas tipologias. As práticas de violência estão da mesma forma associadas a variáveis sociodemográficas.

Palavras chave: Relacionamento familiar; Conflito parental; Violência materna.

Abstract

Introduction: Family violence in any form increases the likelihood of other manifestations of domestic violence. The victim's social context may act as either a risk or a protective factor for revictimization. **Objective:** To investigate the association between parental conflict resolution tactics adopted by mothers, their sociodemographic characteristics, and lifetime experiences of intimate partner violence (IPV) in families with children up to 19 years of age living in Vitória, Espírito Santo, Brazil. **Methods:** This study derives from a cross-sectional, population-based survey titled "*Violence against women in Vitória, Espírito Santo: A population-based study*". Data were collected in 2022 through face-to-face interviews with 418 mothers aged 18 years or older, residents of Vitória. **Results:** Findings revealed a high prevalence of violent tactics in parental conflict resolution, although non-violent discipline was the most frequent, indicating a mixed strategy in conflict management. IPV in all its forms was positively associated with violent maternal tactics in parent-child conflicts. **Conclusions:** The use of violent maternal practices in parental conflict resolution is linked to IPV victimization across all typologies and associated with sociodemographic variables. These findings highlight the intergenerational and contextual dimensions of family violence.

Keywords: Family relationship; Parental conflict; Maternal violence.

LISTA DE SIGLAS

CTSPC- Parent-Child Conflict Tactics Scales (Escala tática de conflitos entre Pais e filhos)

VPI- Violência Por Parceiro Íntimo

DNV - Disciplina-Não-Violenta

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

WHO- World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 MATERNIDADE	12
2.2 RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES	15
2.3 TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	18
3. JUSTIFICATIVA	20
4. OBJETIVOS	21
4.1 Geral	21
4.2 Específicos	21
5. METODOLOGIA	21
5.1 Tipo de estudo	21
5.2 Local de estudo	21
5.3 População em estudo e amostra	22
5.4 Coleta de dados e teste piloto	22
5.5 Instrumentos	22
5.5.1 CTSPC- Parent-Child Conflict Tactics Scales	22
5.5.2 WHO VAW STUDY	23
Variável Desfecho/ Dependente	24
Variáveis exposição/ independentes:	24
Sociodemográficas	24
Experiências de vida	24
5.6 Análise dos dados	24
5.7 Implicações Éticas	26
5.8 Financiamento	26
6. RESULTADOS	26
7. CONCLUSÃO	64
8. REFERÊNCIA	65
9. ANEXOS	72

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em conflitos entre mães e filhos, a saúde coletiva possui um papel essencial na discussão, uma vez que essa interação tem impactos profundos na saúde física, mental e social de indivíduos. Conflitos frequentes podem gerar estresse tóxico, prejudicando o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças e contribuindo para transtornos mentais em ambos os envolvidos. Além disso, esses conflitos frequentemente estão associados a ciclos intergeracionais de violência e negligência, com repercussões sociais amplas (Letorneal, et.al; 2020). Ao compreender essas relações, é possível identificar fatores de risco, prevenir a evolução para situações mais graves, e promover políticas públicas que incentivem interações familiares saudáveis, fortalecendo redes de apoio e reduzindo desigualdades sociais. Assim, estudar esses conflitos não apenas melhora o bem-estar individual, mas também promove a coesão social dos sistemas de saúde e assistência.

Para compreender o que vem se tornando um problema para a saúde, precisamos antes entender os papéis e o relacionamento entre mães e filhos e o que pode gerar tais conflitos.

A maternidade é um conceito complexo que não se limita a uma dimensão específica e caracteriza-se como uma adaptação multidimensional na vida da mulher, que envolve a redefinição da imagem corporal e de identidade. A formação de apego, bem estar, mudança de prioridades nos relacionamentos e confiança no desempenho do papel de mãe possibilita que a mulher se integre e se equilibre, tanto como indivíduo quanto como mãe (Wang; Choi, 2022). Embora cada família tenha dinâmicas de funcionamento específicas e as mulheres estejam inseridas em contextos sociais e profissionais diferentes, os sentimentos de inadequação, solidão e perda mostram-se comuns entre as mães (Yulizawati; Maputra; Enosentris, 2021).

A Lei 14.721 incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente em novembro de 2023, determina o desenvolvimento de atividades educativas para a conscientização e esclarecimentos sobre a importância da saúde mental no período perinatal para a saúde da mulher e das crianças (Brasil; 2023). A psicologia já dispõe da técnica de Pré-Natal Psicológico com o mesmo intuito de avaliar, conscientizar e

ensinar as mulheres no ciclo gravídico puerperal a importância da saúde mental nesse período para prevenir problemas como ansiedade, estresse e depressão pós-parto. Entendendo que o que vem a ser um problema para essa mulher, vai impactar também seu relacionamento com o filho. (Arrais, Araujo e Schiavo; 2019)

Os motivos pelos quais as mães vão tendo conflitos relacionados ao filho, vão mudando no decorrer do desenvolvimento da criança, como constatado por Terres-Trindade, M. & Mosmann, C. P. (2016) em um estudo realizado no Rio Grande do Sul no ano de 2013, com jovens de 15 a 24 anos que identificou que os principais conflitos parentais são entre mães e filhos, sendo a principal motivação os afazeres domésticos, seguido de dinheiro e uso de internet. Outras motivações como amizade/namoro, drogas e estudos também são apresentadas na pesquisa.

O presente estudo busca descrever o perfil das mães de filhos de até 19 anos, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, e quais práticas estão mais presentes na interação entre os mesmos, descrevendo a prevalência de práticas coercitivas e de educação não-violenta. Além disso, busca analisar os fatores associados aos conflitos na relação mãe-filho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 MATERNIDADE

A maternidade como vemos hoje é fruto de mudanças no contexto familiar que atribuem à mulher o papel de não só nutrir, mas também zelar e orientar seus filhos, sendo na maioria das vezes a principal cuidadora (Badinter, 1980). Nesse cenário, a maternidade se mostra como um processo aprendido e produzido a partir das vivências das mulheres, não sendo instintiva a postura de cuidado. Além disso, o amor materno não é uma realidade de todas as mães (Badinter, 2012).

A amamentação como se vê hoje nem sempre foi uma realidade. No século XVI a nutrição e cuidado dos recém-nascidos e crianças era responsabilidade das chamadas “amas de leite”. Segundo Priore, M.D. (1999) Essas mulheres, escravas, eram responsáveis por amamentar as crianças nascidas e cuidar dos agrupamentos infantis até uma certa idade. Essas crianças eram filhas de escravos ou aristocratas, ambas nasciam com um propósito que era a mão de obra e a continuidade do poder da família respectivamente.

Assim sendo, as escravas precisavam engravidar com frequência para gerar mais mão de obra produtiva, uma vez que antes dos dez anos as crianças já eram consideradas aptas ao trabalho. Escravas em idade reprodutiva eram visadas por ser mais barato e fácil criar uma criança do que comprar e sustentar um novo escravo. Os filhos das famílias aristocratas tinham o papel de dar continuidade às famílias e assim produzir mais crescimento e força. Esses também trabalhavam desde muito cedo, mas em outras funções (Ariès; 1986).

Por volta do séc. XVIII a taxa de mortalidade infantil cresceu consideravelmente em função de doenças contraídas a partir das amas de leite, seus espaços de cuidado e suas novas formas de nutrir. Novas possibilidades de nutrição e cuidado foram surgindo. O cuidado principal pelas amas foi uma realidade até fins do século XIX, depois disso, o aleitamento artificial, a utilização de leite animal substituiu a necessidade de se pagar uma ama (Stevens, Patrick e Pickler, 2009).

Outro ponto a destacar no processo da maternidade é o contexto da gestação anteriormente diferente do que se vê hoje, onde as mulheres engravidavam como consequência de relações sexuais, e não por uma escolha em maternar. Os casamentos eram consequência de acordos ou arranjos familiares (Ariès; 1986). Esse processo e todo o desgaste que envolvia as múltiplas gestações, faziam com que a perda de um filho recém-nascido fosse algo comum entre as mulheres. 20 a 30% das crianças morriam antes do primeiro ano de vida (Priore MD, 1997).

A alta taxa de mortalidade infantil era uma realidade no século XVIII, fator extremamente preocupante, uma vez que era muito importante que as crianças chegassem até a vida adulta, já que os filhos eram a continuidade da família (Ariès; 1986). Com isso, as crianças precisavam de um cuidado mais responsável e próximo, imprimindo à mulher a figura de cuidado no meio familiar (Costa; 1983).

Quanto à igreja, esta instituição também teve um papel fundamental na criação da figura materna. As imagens da virgem Maria, a mãe que zela por seu filho, foram criadas nesse momento em que o mundo precisava da mulher neste lugar (Casagrande, 1994). Durante a segunda guerra mundial, a mão de obra feminina se fez necessária para cobrir o desfalque masculino. O trabalho foi inicialmente agrícola

e após a ascensão da tecnologia foi se tornando mais amplo e voltado às indústrias (Ferreira et al.; 2011).

Com o aumento da industrialização na década de 1970, a mulher teve uma contribuição marcante desta vez como empregadora e passou então a ganhar mais espaço no mercado de trabalho formal, favorecendo sua liberdade. No entanto, seus papéis familiares se mantiveram e o que as trouxe liberdade também acarretou em um somatório de funções sociais já que seus papéis familiares se mantiveram (Luz e Fuchina, 2009). Nesse contexto, a maternidade foi cedendo espaço para outras habilidades femininas e as mulheres passaram a ter outras objeções como o estudo universitário ainda mais voltado à figura de cuidado inicialmente ocupando espaços como magistério e enfermagem (Amaral, 2012).

Até o séc. XIX a família era vista como uma instituição natural, como uma expressão da vontade divina na terra. Teria, portanto, um formato natural, um modelo ideal. O que não respondia a esse modelo era considerado aberração. Estudos do final do século XIX no campo da antropologia, sociologia e história puderam examinar a família como uma instituição histórica que, portanto, muda com o decorrer do tempo de acordo com as mudanças da própria composição familiar, os espaços agora ocupados pela mulher, a livre escolha do cônjuge, as condições econômicas, geográficas, entre outras. (Engels, 1975)

A definição de família segundo a constituição brasileira durante muitos anos era considerada “a união entre um homem e uma mulher”. Somente no ano de 2011, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade de número 4.277, o Supremo Tribunal Federal reconheceu outros modelos de família e estendeu os benefícios familiares a famílias com configurações não tradicionais como as homoafetivas e monoparentais. Esse foi um marco importante para o acesso a políticas públicas voltadas às famílias. (Brasil; 2011)

Por fim, nota-se que a história da maternidade está inevitavelmente ligada à história das famílias e da criança, que sofreram modificações importantes ao longo dos anos com influências econômicas, religiosas e sociais (Ariès; 1986). A nova organização familiar deu espaço para que as mulheres pudessem questionar seus papéis dentro da família e da sociedade.

2.2 RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

O puerpério se apresenta como uma fase transitória principalmente para a mãe, que assume agora uma nova função dentro de sua multiplicidade que é o cuidado, na maioria das vezes como figura principal. A alta demanda, o comportamento da criança e o período de adaptação ao novo papel, tornam o início da jornada parental desafiadora aos pais (Crandall et al., 2015). No entanto, os primeiros contatos de vida das crianças se mostram como determinantes para o vínculo com as figuras de cuidado. Segundo Andrade et.al (2015) as intervenções em saúde voltadas às mães e família do recém-nascido proporcionam um relacionamento sadio entre os pais e um ambiente familiar saudável, promovendo saúde e bem-estar infantil.

A visão de uma educação mais respeitosa como fator importante para o desenvolvimento infantil tem sido estudada com mais assiduidade. Já é possível associar as adversidades no ambiente familiar ao adoecimento não só na infância, mas também no decorrer da vida adulta que coloca o relacionamento familiar como importante fator de risco ou proteção uma vez que tende a ser reproduzido pelos filhos na sua parentalidade futura com comportamentos inadequados que levam ao adoecimento silencioso (Almeida, et.al; 2024).

O relacionamento dos pais com os filhos está em constante mudança, acompanhando a evolução tecnológica e as alterações nos modos de se relacionar (Tadpatrikar, Sharma e Viswanath, 2021). A tecnologia trouxe feitos importantes para os relacionamentos interpessoais e familiares, como comunicação rápida e de longas distâncias, por exemplo. No entanto, no que diz respeito aos núcleos familiares onde os membros coabitam, os impactos negativos são vistos cotidianamente. O desenvolvimento rápido da tecnologia introduziu no ambiente familiar a incorporação de práticas como o uso de telas nas refeições, o que tornou o tempo de qualidade em família sem estímulo visual tecnológico cada vez mais incomum. Pequenas mudanças como essa podem impactar a união e conexão familiar (Geng, Liu; 2025).

As discussões relacionadas à igualdade de gênero também têm tido grande alcance e influência no contexto familiar. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, trouxe a necessidade de se reelaborar as divisões domésticas e familiares.

Os pais anteriormente vistos como provedores em função da imagem atribuída ao sexo masculino, hoje dividem o financiamento familiar, porém, por vezes, não dividem os afazeres. O acúmulo de funções femininas resultou em uma nova divisão dos papéis familiares que agora separam entre pai e mãe os cuidados com os filhos (Amaral; 2012)

Para Chiavenato (2004), o conflito é resultado da diferença de objetivos e interesses pessoais. É parte inevitável da natureza humana e se apresenta como o contrário de cooperação. A definição de Chiavenato contribui para o entendimento preciso das causas de um conflito parental. Como em toda função que requer dedicação, os pais esperam dos filhos um comportamento cooperativo e correspondente aos desejos da figura parental.

Segundo Conger et al. (2020) Conflito recorrente entre pais e filhos são caracterizados por discussões frequentes e irresolvíveis entre pais e filhos sobre os mesmos tópicos. Compreendendo a família como primeiro meio social e a concretização da aprendizagem a partir das interações como ponto de partida para nosso repertório social, entendemos as possíveis influências desse relacionamento. (Bandura, 1986). Um ambiente de conflitos recorrentes e pouco resolutivos podem levar os filhos a comportamentos desviantes e baixa capacidade de resolução de problemas (Donohue et.al, 2022).

Os conflitos entre pais e filhos podem contribuir com o aumento da violência contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico, fenômeno que tem aumentado com o passar dos anos, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022). No primeiro semestre de 2021 o Brasil já havia registrado mais de 50.000 denúncias de violência contra crianças e adolescentes no território nacional através do “Disque 100”, canal de denúncia de violações dos direitos humanos no país. Em 81% das denúncias, as violências aconteceram na casa das vítimas e os maiores agressores foram as mães, seguidas pelos pais (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Para algumas das práticas violentas, o fundamento para tais ações são geralmente pautados no “mau” comportamento dos filhos e as justificativas estão quase sempre fundamentadas na educação. No entanto, segundo Gilmer, et.al

(2016), os desafios no exercício da parentalidade estão ligados à falta de informação por parte dos pais acerca do momento de desenvolvimento dos filhos e suas implicações.

Da necessidade de entender a criança como um ser em desenvolvimento, e que requer cuidado e proteção, que nasceram as leis de proteção à criança e ao adolescente. Como uma forma de nos organizarmos enquanto sociedade. A lei 8069 de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente foi importantíssima para entender todas as crianças como iguais perante o estado e com direitos como de acesso à educação, saúde e serviços sociais voltados para suas necessidades e proteção.

Em 2014 foi sancionada no Brasil a Lei da Palmada. A iniciativa veio como uma reestruturação da forma como tratariam juridicamente os castigos físicos praticados da figura de cuidado em direção às crianças e adolescentes (PL 7672/10). Passou a ser crime qualquer castigo físico com intencionalidade punitiva ou disciplinar e, da mesma forma, as condutas cruéis que venham a degradar, intimidar ou humilhar as vítimas. A lei da Palmada foi adicionada ao Estatuto da Criança e do Adolescente vigente até hoje no país e apesar dos esforços, a violência física contra criança e adolescente permanece crescendo ano após ano.

Em resposta ao crescente aumento da violência contra o público infantil, foi sancionada em 20 de março de 2024 a lei 14.826/2024, que orienta a parentalidade positiva e o direito ao brincar como ferramentas de prevenção à violência contra crianças. As iniciativas com fundamentações apoiadas em critérios de respeito, comunicação e limites passam a ser utilizadas na assistência social, educação, cultura, saúde e segurança pública em todo país (PL 2.861/2023). Além disso, a iniciativa reforça o dever do Estado, da família e da sociedade de proteger, preservar e garantir o direito ao brincar a todas as crianças.

Outra lei 13.257 sancionada em oito de março de 2016 é um marco para a primeira infância. A lei reflete sobre a importância do brincar na primeira infância e como é fator determinante para o bom desenvolvimento, além de trazer pontos importantes como a necessidade de profissionais preparados profissionalmente para cuidar das mesmas, uma vez que têm entrado cada vez mais cedo nos serviços de

educação como creches. Além disso, a lei prevê atendimento domiciliar para crianças com alguma vulnerabilidade para orientar os pais, o aumento da licença paternidade, o envolvimento de crianças de até seis anos na criação de políticas públicas, a instituição de direitos iguais entre mães e pais. A lei da primeira infância vem como uma forma de zelar por um momento entendido como determinante na formação do sujeito.

2.3 TÁTICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os conflitos são parte importante das relações humanas e podem apresentar desfechos construtivos ou destrutivos. Os conflitos com desfechos destrutivos têm como característica uma postura violenta por parte dos envolvidos podendo apresentar: ameaças, abandono, violência verbal ou física. Já os que apresentam um desfecho construtivo, têm como característica a resolução de problemas com comprometimento, responsabilidade afetiva e descontração (Goeke-Morey, et.al., 2003).

Sendo a família o primeiro meio social humano, além de ser propício ao desenvolvimento de conflitos por razões cotidianas que geram discordâncias, é também o espaço onde as crianças aprendem com os genitores a forma pela qual vão lidar com seus conflitos interpessoais por meio de observação e convivência (Feldman, et.al, 2010).

As táticas que os pais utilizam para solucionar seus conflitos conjugais influenciam diretamente na maneira como a criança resolverá seus conflitos com seus pais, irmãos e pares, pois servem como modelos de funcionamento social e estão ligadas às formas pelas quais ela negociará desavenças com relacionamentos íntimos, ao longo da vida (Gerard, Krishnakumar e Buehler; 2006).

Teorias psicológicas distintas fornecem explicações para os processos pelos quais essa transmissão ocorre, dentre essas, a do apego (Bowlby, 1990), a da aprendizagem social (Bandura, 1978), e a dos sistemas familiares (Bowen, 1978). Salvo as particularidades de cada uma dessas teorias, todas argumentam que a criança tende a repetir padrões relacionais, comportamentais e sociais aprendidos na família, ao se tornar adulta, e com seus próprios filhos.

A existência de conflitos, por si só, não é indicativa de resultados negativos ou positivos: o tipo de comportamento adotado para lidar com a situação conflituosa parece ser mais importante para determinar suas consequências do que a frequência de conflitos (Adams & Laursen, 2007). A comunidade científica tem se interessado por esses padrões de relacionamento, e tem definido como estilos de resolução de conflito os comportamentos que as pessoas adotam para sua resolução (Heinze et al., 2020).

A violência familiar tem um potencial intergeracional que pode passar dos pais para os filhos em razão da convivência no contexto violento sem intervenção do violentado (Bolze, et al., 2017). Segundo Schulz e Colossi (2020) Os sujeitos vitimados ou testemunhas da violência, passam a ter potencial para apresentar o mesmo comportamento dos violadores ou serem vitimizados no futuro. Além disso, o emprego de estratégias destrutivas para lidar com os conflitos conjugais, caracterizadas por hostilidade, agressões ou evitação, associa-se a práticas parentais prejudiciais ao desenvolvimento da criança (Marchand-Reilly; 2015).

Pesquisas que abordaram a influência da variável idade nas estratégias que os filhos adolescentes utilizam para resolver os conflitos com seus pais apresentaram resultados divergentes: alguns autores (Smetana, Daddis, & Chuang, 2003; Yau & Smetana, 2003) constataram que, com o aumento da idade, os adolescentes tendiam a solucionar seus conflitos submetendo-se à vontade dos pais e que isso se resolvia por meio da afirmação do poder (Adams & Laursen, 2007); já outros (Smetana et al., 1991) constataram que, com o aumento da idade, a submissão dos filhos adolescentes aos pais diminuía em favor de uma relação mais simétrica.

Filhos transmitem o estilo de gestão de conflitos usado com os pais para seus relacionamentos com amigos e parceiros românticos (Staats et al., 2018). Além disso, a análise das interações envolvendo o conflito entre pais e adolescentes fornecem um contexto particularmente valioso para a compreensão das perspectivas de ambos (Smetana, 2018). Tendo em vista o impacto das resoluções de conflito familiar para o desenvolvimento social dos filhos, é importante a realização de estudos que se

proponham a avaliar de forma válida e precisa as estratégias de resolução de conflitos entre pais e filhos.

3. JUSTIFICATIVA

A violência familiar é reconhecida como um importante problema de saúde pública devido ao seu impacto direto e indireto sobre a saúde física, psicológica e social de crianças, adolescentes e mulheres (WHO, 2021). A forma como os conflitos parentais são conduzidos no âmbito doméstico pode funcionar tanto como fator protetivo quanto como elemento de risco para a perpetuação de ciclos de violência intergeracional. Em especial, as práticas adotadas pelas mães no manejo dos conflitos com seus filhos exercem influência significativa no desenvolvimento infantil, nas habilidades socioemocionais e no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis (Goeke-Morey, et.al., 2003)

Apesar da relevância do tema, ainda são escassos os estudos de base populacional no Brasil que investigam de maneira sistemática as táticas de resolução de conflitos entre mães e filhos. Em Vitória-ES, onde o estudo foi sediado, não há publicações existentes com a temática, o que torna o estudo pioneiro e demonstra a importância de sua publicação. A compreensão desse fenômeno é fundamental para subsidiar políticas públicas e ações de promoção da saúde que visem a prevenção da violência parental, o fortalecimento de vínculos familiares e a redução de desigualdades sociais que influenciam as práticas parentais violentas.

Assim, investigar as táticas de resolução de conflitos utilizadas por mães, bem como os fatores sociodemográficos e contextuais associados, justifica-se pela necessidade de ampliar a produção de evidências científicas voltadas ao enfrentamento da violência parental, contribuindo para a formulação de estratégias intersetoriais de cuidado e prevenção no campo da saúde coletiva.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

- Analisar as táticas de resolução de conflitos entre mães e filhos de até 19 anos, entre mulheres residentes no município de Vitória, Espírito Santo, e os fatores associados.

4.2 Específicos

- Verificar a prevalência de conflitos entre mães e filhos e sua associação com as características sociodemográficas;
- Estimar a associação entre a exposição a violência por parceiro íntimo e os conflitos entre mães e filhos.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de estudo

A presente pesquisa se apresenta como um estudo transversal de base populacional. O estudo transversal, é amplamente utilizado ao fazer associações e correlações entre variáveis de exposição e desfecho. Já os estudos de base populacional são aqueles desenvolvidos a partir de conglomerados definidos por censos demográficos populacionais calculando-se uma área de abrangência para avaliar determinada população. (Zangirolami, et.al; 2018)

5.2 Local de estudo

A coleta de dados foi realizada no município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo que segundo o censo do IBGE em 2022, possui uma área de 97,123km² e uma população residente de 322.869 pessoas, entre elas, 54% são mulheres, o que indica um total aproximado de 174.348 mulheres residentes. distribuídas em 80 bairros com uma densidade demográfica de 3.324,33hab/km².

5.3 População em estudo e amostra

O censo de 2010 do IBGE foi verificado a fim de selecionar setores censitários que correspondem a unidade cadastral por área contínua contido em uma região para a realização da amostragem do estudo, sendo selecionado 108.515 domicílios na

região, estes foram divididos por cem, proporcionando a escolha do setor inicial, de forma aleatória e os outros 99 setores subsequentes foram selecionados com base em um pulo sistemático. Após isso, o cálculo chegou a um valor de 1086 mulheres a serem selecionadas por domicílio, salienta-se que no processo de seleção, se houvesse mais de uma mulher elegível na residência, uma lista numérica era sorteada para a seleção aleatória de uma delas. Todo esse processo foi realizado no software estatístico R, levando em consideração a classificação do nível socioeconômico. Para o presente estudo a amostra foi composta por mães de filhos de até 19 anos residentes no município de Vitória, Espírito Santo, totalizando 418 mulheres.

5.4 Coleta de dados e teste piloto

A coleta de dados foi realizada em domicílio por equipes compostas por entrevistadoras todas do sexo feminino e supervisoras. Foram realizadas entrevistas com as mulheres utilizando-se como roteiro um questionário estruturado aplicado face-a-face em local privado. O teste piloto aconteceu em Dezembro de 2021, e os dados coletados não fizeram parte da amostra final da pesquisa.

5.5 Instrumentos

5.5.1 CTSPC- Parent-Child Conflict Tactics Scales

A CTSPC- Parent-Child Conflict Tactics Scales (Escala tática de conflitos entre Pais e filhos) é uma escala desenvolvida pelo Programa de Pesquisa em Violência Familiar, nos Estados Unidos. É usualmente utilizada para avaliar violência e maus tratos dentro da família, sendo mais adequada para avaliar famílias disfuncionais. A escala se constitui originalmente por 22 itens que investigam a violência doméstica a partir do comportamento parental dos pais em direção aos filhos no momento da educação.

Três dimensões são avaliadas: Disciplina não-violenta- (4 itens) tática referente a métodos de correção baseados em explicações, diálogo e retirada de privilégios, sem o uso de força física. Agressão psicológica- (5 itens) constituída por atos verbais e simbólicos que causam medo, humilhação ou dor emocional na criança, como gritar, ameaçar ou insultar. Violência física- (13 itens) que compreende o uso de força corporal, variando de punições leves, como palmadas, até agressões graves que configuram maus-tratos. Sendo essa última subdividida conforme a gravidade em

punição corporal (6 itens), maus-tratos físicos (3 itens) e maus-tratos físicos graves (4 itens) (Straus, et al., 1998) (ANEXO 1).

A primeira versão da escala validada em maternidades no Rio de Janeiro no ano de 2000, por um estudo com 774 mães que consideraram o instrumento adequado à cultura brasileira com seu uso recomendado, contendo ao todo 22 itens. A consistência interna foi de 6,3 o que é considerada aceitável, porém moderada para baixa. O artigo que avalia as propriedades psicométricas diz que a maioria das estimativas de confiabilidade intra-observador (kappa) se mostrou acima de 0,75. Consistência interna variou de 0,49-0,68, dependendo da escala e tipo de perpetrador (Reichenheim e Moraes; 2003).

Das vinte e duas perguntas presentes no questionário validado, duas foram excluídas (“Você já o queimou ou derramou líquido quente propositalmente?” “Você já o ameaçou com faca ou arma?”). Por se tratarem de perguntas relacionadas a maus-tratos físicos graves, os pesquisadores entenderam que não seriam apropriadas para serem feitas dentro da casa da entrevistada. Desta forma, a exclusão das duas questões se apresenta como um limitador na análise da escala CTSPC, não sendo possível se avaliar maus-tratos físicos graves nesse estudo.

5.5.2 WHO VAW STUDY

A Violência por Parceiro Íntimo ao longo da vida foi rastreada pela escala da Organização Mundial de Saúde, com validade para uso no Brasil por Schraiber *et.al* (2010). O instrumento avalia a ocorrência de violência física, psicológica e sexual sofrida por mulheres em relações íntimas, considerando frequência e gravidade dos episódios. Sua adaptação transcultural e validação no país foram realizados por garantirem confiabilidade e aplicabilidade em diferentes contextos. Composta por 13 questões, as exposições em análises foram as violências por parceiro íntimo segundo o tipo e de resposta dicotômica: Violência Psicológica (sim/não), Violência Física (sim/não), Violência Sexual (sim/não), e Violência ao longo da vida (sim/não). (ANEXO 2).

Em relação a consistência da escala, foi avaliada com alta consistência e confiabilidade, acima de 0,88 (muito bom na análise psicométrica Alfa de Cronbach).

Validada em um estudo multinacional de 2000 a 2003 no Brasil em São Paulo e Pernambuco.

Variável Desfecho/ Dependente

A variável em estudos serão os conflitos entre mães e filhos divididos em quatro desfechos dicotômicos:

- Disciplina não-violenta (Sim ou Não);
- Agressão psicológica (Sim ou Não);
- Punição Corporal (Sim ou Não);
- Maus-Tratos Físicos (Sim ou Não).

Variáveis exposição/ independentes:

Sociodemográficas

- Faixa Etária (18 a 29;30 a 39; 40 ou mais);
- Raça/Cor (Branca; não- branca);
- Estudo em anos completos (0 a 8; 9 a 11; 12 ou mais);
- Renda familiar em tercis (1º - Mais Pobres; 2º; 3º- Mais Ricas);
- Número de filhos (1; 2; 3; 4; 5 ou mais)

Experiências de vida

- Violência por parceiro íntimo: Ao longo da vida, psicológica, física e sexual.

5.6 Análise dos dados

Os dados foram analisados no Stata 17.0 e R, em diferentes métodos de análise que variam de acordo com os artigos desenvolvidos.

- Artigo 1:

Para a análise descritiva, utilizou-se frequência absoluta, relativa, média, desvio padrão e Intervalos de Confiança de 95% (IC95%). Na análise bivariada, aplicou-se Qui-quadrado de Pearson (χ^2) e do teste Exato de Fisher, a fim de examinar a relação entre as variáveis. Para testar a correlação entre os itens que compõem as táticas de conflitos, coeficientes Phi (ϕ) foram calculados dado a

natureza das variáveis. A análise dos dados foi conduzida no software Stata, versão 17.0, e, a matriz de correlação foi realizada no software R versão 4.3.1, com ajuste do p-valor <0,05.

- Artigo 2:

Foi realizado Análise de Correspondências Múltiplas (MCA) com os itens dicotômicos das escalas de táticas de conflitos entre pais e filhos para explorar os padrões disciplinares relatados pelas mães. Possibilitando uma redução na dimensionalidade e que explicam uma associação entre as respostas. A análise foi conduzida para cada grupo de tática de conflito (disciplina não violenta, agressão psicológica, punição corporal, maus-tratos físicos e maus tratos-físicos severos), onde aquelas com contribuição menor que 15% foram excluídas. Essa abordagem levou a construção dos estilos de práticas parentais/maternas para cada tática de conflito do CTSPC.

Dessa maneira, a partir dos scores de cada dimensão da Análise de Correspondência múltipla, foi delimitado os perfis disciplinares mediante ponto de corte nas coordenadas dimensionais. Os escores negativos associados às respostas positivas para as táticas de DNV caracterizaram o grupo de mães com comportamento intervencionista, valores intermediários compuseram o grupo de mães com prática mista na hora de lidar com os conflitos com os filhos e aquelas que tiveram escores mais elevados associados ao “não”, foram caracterizadas como mães com práticas permissivas.

Para a tática de conflito com violência psicológica, as categorias foram: uso frequente (prática constante de agressões verbais), uso ocasional (mães que praticam de forma esporádica) e não pratica. A punição corporal seguiu as mesmas categorias (uso frequente, uso ocasional e não pratica). Por fim, para relatar os maus-tratos a análise correspondência múltipla indicou a categorização de forma binária onde o uso frequente relata aquelas que já tiveram práticas de maus tratos físicos e maus tratos físicos severos e a não prática dos mesmos.

Posteriormente a aplicação da ACM, os dados foram descritos mediante frequência absoluta, relativa e respectivos intervalos de confiança de 95%. Para a análise bivariada entre as variáveis categóricas, utilizou-se o Teste Qui-quadrado de Pearson,

quando as categorias apresentaram valores inferiores a 5, recorreu-se ao Teste exato de Fisher, em ambos foi considerando o nível de significância de 5%. Na etapa multivariada foi empregada modelos de Regressão Logística e Regressão Multinomial em detrimento a natureza das variáveis desfechos, fornecendo a razão de chances (odds ratio) e intervalos de confiança de 95%, sendo que para ambas regressões o ajuste foi estabelecido quando na bivariada o valor de p apresentou-se $<0,20$ e permaneceu no modelo final quando $p < 0,05$

5.7 Implicações Éticas

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o parecer: 7.224.364 (ANEXO 3). Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) onde constam os objetivos da pesquisa e seus eventuais riscos e benefícios. (ANEXO 4).

5.8 Financiamento

A presente pesquisa é oriunda de um estudo maior intitulado violência contra a mulheres residentes em Vitória, Espírito Santo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 – PPSUS, sob coordenação da Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite.

6. RESULTADOS

Os resultados serão apresentados no formato dos artigos produzidos com os resultados da análise e já submetidos às revistas.

Artigo 1- Manuscrito submetido à Revista da Escola de Enfermagem da USP (ANEXO 5)

Táticas de conflitos entre Mães e Filhos em uma Capital do Sudeste Brasileiro: Prevalências e Correlações

As mulheres participantes da presente pesquisa apresentaram uma média de idade de 41 anos e uma escolaridade média de 12 anos de estudo completos. A renda

familiar média foi de R\$ 4.447,34, com uma mediana de R\$ 2.400 reais, indicando uma distribuição assimétrica da variável. Em relação à maternidade, a média de gestações foi de 2,45, e, o número médio de filhos foi de 2,16. A média de número de pessoas residentes no domicílio foi de 3,63. Quanto ao histórico reprodutivo, a média de abortos relatados foi de 1,32 (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização da amostra de mães participantes do estudo em Vitória-ES. Janeiro a Maio de 2022 (N:418)

VARIÁVEL	Média n= 418	DP	Mediana	Intervalo
Idade	41,03	± 11,81	40,0	33 - 47
Escolaridade	12,03	± 3,89	11,0	10 - 15
Renda Familiar (Real)	4447,34	± 5029,67	2400	1250 - 6000
Número de gestações	2,45	± 1,68	2,0	1 - 3
Número de Filhos	2,16	± 1,60	2,0	1 - 3
Número de pessoas que vivem na casa	3,63	± 1,36	3,05	3 - 4
Aborto	1,32	± 0,68	1,0	1 - 1

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação ao desfecho de disciplina não violenta, a maioria (88,8%) das mães explicou aos filhos por que suas ações estavam erradas (IC 95% 85,7 - 91,8), 76,8%

(IC95% 72,7 - 80,1) colocaram os filhos de castigo, como no quarto ou outro local, 60,8% (IC 95% 56,1 - 65,4) deram outra atividade para substituir a ação errada, e 68,9% (IC95% 64,5 - 73,3) tiraram benefícios ou restringiram saídas. No que tange a agressão psicológica 81,8% das mães recorreram à prática de gritar ou berrar (IC 95% 78,1 - 85,5) .14,8% xingaram ou rogaram pragas contra os filhos (IC95% 11,4 - 18,2). Além disso, 9,8% (IC 95%: 6,9 - 12,6) ameaçaram expulsar a criança de casa, e 61,7% (IC 95% 57,1 - 66,4) ameaçaram dar um tapa, mas não o fizeram, e, 25,4% (IC 95% 21,2- 29,5) chamaram os filhos de burro/a, estúpido/a ou similar (Tabela 2)

Tabela 2 - Táticas de Resolução de Conflitos DNV e Agressão Psicológica utilizadas por mães residentes de Vitória-ES, 2022 - (N=418)

DISCIPLINA NÃO-VIOLENTA	n	%	Intervalo de confiança
Você explicou a por que o que ele/a estava fazendo estava errado?	371	88,8	85,7 - 91,8
Você o/a colocou de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar?	321	76,8	72,7 - 80,1
Você deu a ele/a outra coisa para fazer em vez daquilo que ele/a estava fazendo de errado?	254	60,8	56,1 - 65,4
Você tirou as regalias dele/a ou deixou-o/a sem sair de casa?	288	68,9	64,5 - 73,3

AGRESSÃO PSICOLÓGICA	n	%	Intervalo de confiança
Você falou alto, berrou ou gritou com seu filho?	342	81,8	78,1 - 85,5
Você xingou ou praguejou, quer dizer, rogou praga, contra ele/a?	62	14,8	11,4 - 18,2
Você disse alguma vez que iria expulsá-lo/a de casa ou enxotá-lo/a para fora de casa?	41	9,8	6,9 - 12,6
Você ameaçou dar um tapa nele/a, mas não deu?	258	61,7	57,1 - 66,4

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre a Punição Corporal: 35,9% (IC 95% 31,3 - 40,5) sacudiram a criança, 56,2% (IC 95% 51,5 - 61,0) bateram com objetos como cinto ou chinelo, 70,8% (IC 95% 66,5 - 75,2) deram palmadas no bumbum, 49,5% (IC 95% 44,7 - 54,3) deram tapas nas mãos, braços ou pernas e 30,9% deram beliscões (IC 95%: 26,4 - 35,3). Quanto aos Maus Tratos Físicos: 6,7% (IC95%: 4,3-9,1) bateram com a mão fechada ou chutaram a criança, 23,4% (IC 95% 19,4- 27,5) usaram objetos para bater em outras partes do corpo além do bumbum, 2,2% (IC 95% 0,8- 3,5) jogaram a criança no chão ou a agarraram pelo pescoço e sacudiram, e, cerca de 3% relataram bater na criança de forma contínua e intensa (IC 95% 1,3- 4,5). (Tabela 3).

Tabela 3 - Táticas de Resolução de Conflitos relacionadas à violência física utilizadas por mães residentes de Vitória-ES, 2022 - (N=418)

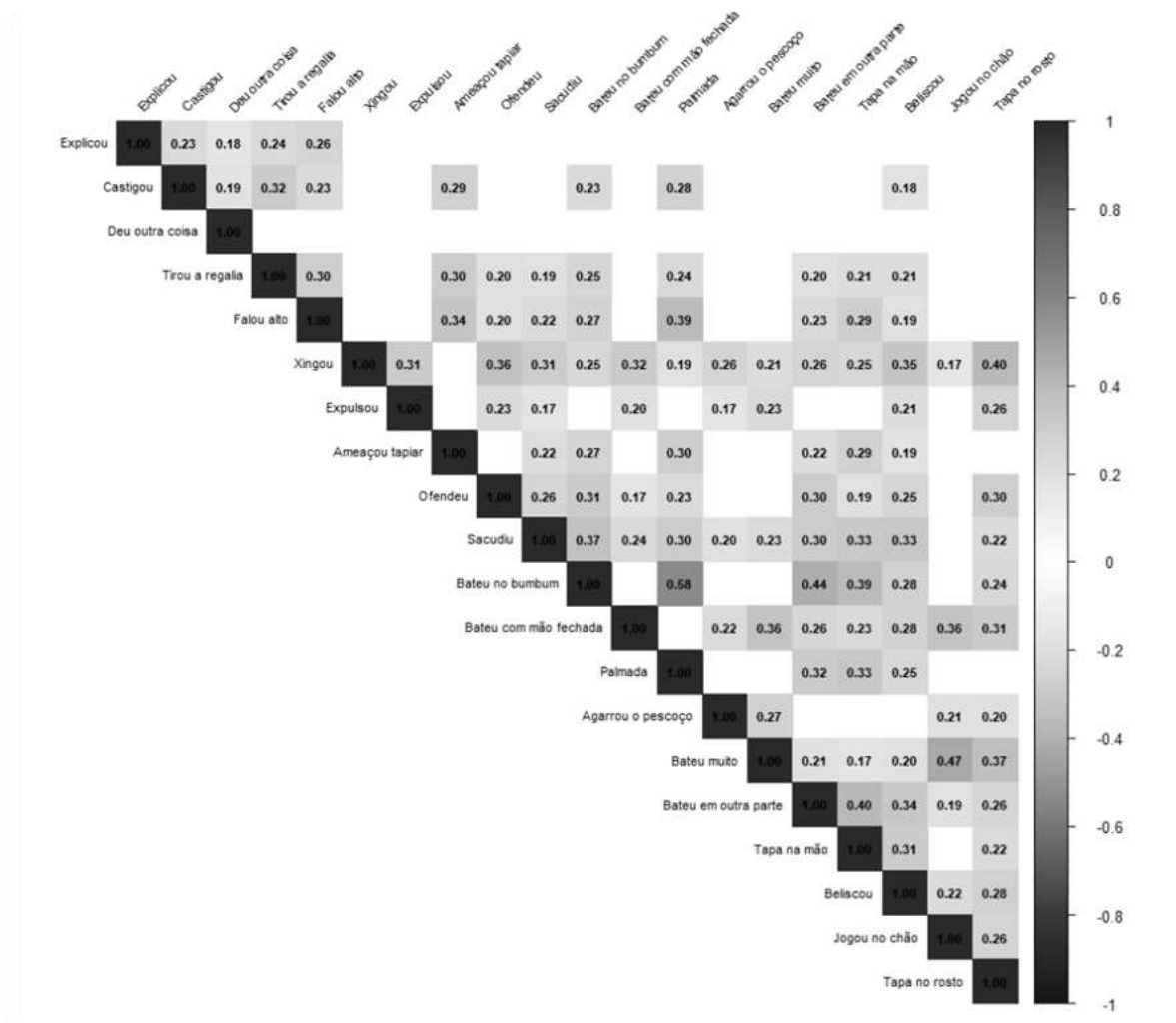
AGRESSÃO FÍSICA		n	%	Intervalo de confiança
	Você o sacudiu?	150	35,9	31,3 - 40,5
PUNIÇÃO CORPORAL	Você bateu no bumbum dele com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?	235	56,2	51,5 - 61,0
	Você deu uma palmada no bumbum?	296	70,8	66,5 - 75,2
	Você deu um tapa na mão, no braço ou na perna?	207	49,5	44,7 - 54,3
	Você o deu um beliscão?	129	30,9	26,4 - 35,3
	Você bateu com a mão fechada ou deu um chute com força nele/a?	28	6,7	4,3 - 9,1
MAUS TRATOS FÍSICOS	Você bateu em alguma parte do corpo dele diferente do bumbum com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?	98	23,4	19,4 - 27,5
	Você jogou no chão?	9	2,2	0,8 - 3,5

Você o agarrou pelo pescoço e o sacudiu?	9	2,2	0,8 - 3,5
Você bateu muito, ou seja, bateu nele/a sem parar, o máximo que V/S conseguiu?	12	2,9	1,3 - 4,5

Fonte: Elaborado pelos autores

A figura 1 apresenta a correlação entre as táticas de conflitos. A análise demonstrou que algumas variáveis apresentam correlação positiva. Como por exemplo: “Xingou” com “Tapa no rosto” (0,40); “Bateu no bumbum” com “Palmada” (0,58); “bateu no bumbum” com “bateu em outras partes do corpo diferente do bumbum” (0,44); “Bateu muito” com “Jogou no chão” (0,47); “bateu em outras partes do corpo diferente do bumbum” e “Tapa na mão” (0,40).

Figura 1. Matriz de correlação entre as táticas de conflitos das mães residentes no município de Vitória, Espírito Santo-Brasil, 2022.



DISCUSSÃO

Os achados do presente estudo mostram que a disciplina não violenta (DNV) é a prática majoritariamente adotada pelas mães do estudo. O resultado da análise corrobora com os de um estudo semelhante na região Sul do Brasil com pais de crianças de 4 a 6 anos, onde a prática de disciplina não violenta por parte das mães também foi a mais prevalente sendo utilizada por 60% das mães ⁽²²⁾.

Outros estudos como o que analisou as táticas de resolução de conflitos em locais específicos de diversos países, constatou uma taxa de resposta positiva à disciplina não-violenta de até 98%. A Filipina lidera a prática, seguida do Chile 97% e posteriormente o Brasil tendo 96% de aceitação à tática, com dados da cidade de São Paulo. No entanto, as práticas positivas apesar de prevalentes em todos os países

analisados, vêm acompanhadas de táticas violentas de resolução de conflitos, constatando o tratamento severo das crianças epidêmico em todas as comunidades analisadas ⁽²³⁾.

Ainda, no presente estudo verifica-se que a maioria das participantes (81,8%) recorreram a pelo menos uma prática de agressão psicológica. Em relação ao abuso psicológico os resultados corroboram com uma pesquisa nos serviços de emergência da capital do estado do Rio de Janeiro, onde a prevalência de agressão psicológica foi de 94,8%. Os autores chamam a atenção ao fato de que apesar de haver uma alta prevalência de agressão psicológica, a notificação desse tipo de violência parece quase não ocorrer no estado do Rio de Janeiro ⁽²⁴⁾.

Os resultados identificam uma alta prevalência de violência física sendo que aproximadamente 71% afirmaram a prática de menos um ato de punição corporal. Um estudo semelhante realizado na população portuguesa, apresenta uma taxa de 87,7% de resposta positiva para ao menos uma prática de punição corporal, sendo inferior apenas à prática de agressão psicológica na população de sete anos ⁽²⁵⁾. Esses dados mostram que apesar de ser criminalizado no país desde 2007, os castigos corporais estão relacionados segundo os pais ao ato de educar ⁽²⁶⁾.

Estudos como o de Sege, et.al (2024) indicam que a proibição legal por si só tem eficácia limitada e deve ser acompanhada de ações educativas, assim como da promoção da parentalidade positiva para mudanças efetivas ⁽²⁷⁾. Além disso, outros estudos já puderam comprovar que a punição corporal é um método disciplinar ineficiente que tende a uma obediência imediata, mas, não produz autorregulação emocional nem consciência de seus atos ⁽²⁸⁾. O que reforça o fato de que a punição corporal além de não ser um método coeso de educação, representa como uma violação dos direitos da criança e do adolescente e se apresenta como um problema de saúde pública com consequências duradouras e severas, que demanda políticas integradas de prevenção, apoio psicossocial e fortalecimento das competências parentais ⁽²⁹⁾.

O mesmo é constatado por um estudo em Diamantina, cidade mineira localizada no sudeste do Brasil que constata que a violência é frequentemente acompanhada de justificativas que a tornam naturalizada no cotidiano, sendo

interpretada como uma prática comum e banalizada na nossa sociedade. Sendo vista como um instrumento legítimo e aceitável de disciplina, o que contribui para sua perpetuação e dificulta o reconhecimento de seus impactos nocivos ⁽³⁰⁾.

Em relação às práticas de maus tratos, essa esteve presente em pelo menos 23,4% das respostas das participantes. Em um estudo com uma população da região sudeste do Brasil aponta que 50,3% das mães praticavam ao menos um tipo de maus-tratos com seus filhos como tática de resolução de conflitos ⁽³¹⁾. Um outro estudo na China constatou que a taxa de resposta a práticas de maus-tratos foi de 72,5%, o que sugere que a tolerância ao castigo corporal em crianças no oriente é culturalmente maior em comparação à sociedade ocidental ⁽³²⁾.

Vale destacar que apesar da alta prevalência de uso da DNV, a sua prática tem sido observada concomitantemente a outras práticas de táticas de conflitos como sinalizado pelos autores da CTSPC durante sua validação, que reforçaram que os pais tendem a usar mais de uma tática para controlar o comportamento da criança. Constatam ainda que a punição corporal, é uma prática popular e aceita socialmente ⁽⁸⁾. Essa constatação é verificada na presente pesquisa que aponta uma correlação positiva entre as práticas de agressão física e psicológica.

A maioria das famílias combinam as práticas de maus tratos físicos com algum tipo de abuso físico e emocional. Qualquer arranjo de práticas que envolva a prática de maus-tratos merece atenção independente da incidência. Isso porque os maus-tratos infantis têm o maior impacto sobre as crianças, afetando seu prazer de viver, influenciando seu futuro e sua perspectiva ^(33,34). O corpo profissional de saúde deve estar atento aos indicadores de maus-tratos e suas peculiaridades para que sejam traçadas estratégias eficientes voltadas para a população em questão. Com estratégias e políticas eficazes ao combate desse tipo de violência.

O uso de qualquer prática agressiva coercitiva está relacionado a diversos problemas de saúde no decorrer da vida, incluindo problemas de saúde mental, piores relacionamentos entre pais e filhos, uso de substâncias, desenvolvimento socioemocional prejudicado, resultados acadêmicos negativos e problemas de comportamento externalizantes aumentados, entre outros ⁽³⁵⁾.

Por se tratar de um estudo transversal, existe a possibilidade de haver viés de memória, uma vez que os dados foram obtidos por meio de autorrelato, dependendo da recordação dos participantes sobre eventos passados, o que pode subestimar os achados. O estudo também está sujeito ao viés de informação devido ao fornecimento de respostas socialmente desejáveis. Ainda, vale mencionar que se tratam de dados referentes a uma capital do Brasil, o estudo não é capaz de dimensionar esses dados a nível nacional. Todavia, mesmo diante dessas limitações os achados são de grande relevância e revelam a magnitude das táticas de conflitos entre mães e filhos e a importância de outros estudos acerca da temática.

CONCLUSÃO

Analisando as táticas mais utilizadas pelas mães residentes de Vitória e qual perfil mais se direciona a táticas violentas, podemos sugerir estratégias mais direcionadas ao público alvo de uma intervenção em saúde que possa mudar a realidade dos envolvidos. A correlação entre as práticas também traz sugestões de como a violência pode se comportar ao explicitar a prática mista de práticas punitivas e disciplina-não-violenta. Pois embora a disciplina não-violenta seja amplamente adotada, há uma presença significativa de agressão psicológica e física na tática de resolução de conflitos entre mães e filhos, com destaque para punições corporais e práticas de maus-tratos. Esse resultado é preocupante pois enfraquece os vínculos afetivos e pode ter efeitos duradouros na saúde mental e no comportamento da criança.

Com a correlação das práticas de resolução de conflitos, pudemos rever algumas inconsistências relacionadas ao modo de reagir ao conflito com os filhos, hora violenta e hora disciplinar. O que também pode impactar na forma como as crianças lidam com as situações de conflitos por nunca saberem o que esperar dos responsáveis como medida de resolução da problemática. Além disso, a vivência da violência pode prejudicar a capacidade de estabelecer relações saudáveis e seguras, perpetuando ciclos de sofrimento e exclusão social. Por isso, prevenir e enfrentar a violência contra crianças é essencial para garantir seu pleno desenvolvimento.

Reconhecer as práticas de resolução de conflitos utilizada pela população local faz com que as recomendações em saúde sejam mais direcionadas ao público-alvo.

Principalmente quando se trata de atos violentos nos quais os danos são irreparáveis em uma população. O presente estudo pode não só nortear outros estudos e intervenções, mas também conhecer e registrar a realidade da população de Vitória no Espírito Santo que não havia ainda sido alvo desse tipo de análise.

Fica aqui constatado a necessidade de campanhas de sensibilização pública voltadas à divulgação da legislação que proíbe o castigo corporal, associadas a programas educativos voltados à orientação parental sobre práticas disciplinares não violentas e respeitosas à criança, configuram-se como elementos promotores de transformações nas crenças e comportamentos dos pais frente ao uso de estratégias disciplinares coercitivas.

REFERÊNCIAS

1. Bhona FM de C, Gebara CF de P, Noto AR, Vieira M de T, Lourenço LM. Inter-relações da violência no sistema familiar: estudo domiciliar em um bairro de baixa renda. *Psicol Reflex Crit.* 2014;27(3):591–8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427321>
2. Badinter E. *L'amour en plus: histoire de l'amour maternel.* Paris: Flammarion; 1980.
3. Hwang WY, Choi SY, An HJ. Concept analysis of transition to motherhood: a methodological study. *Korean J Women Health Nurs.* 2022;28(1):8–17. DOI: 10.4069/kjwhn.2022.01.17
4. Crandall AA, Deater-Deckard K, Riley AW. Emoção materna e capacidades de controle cognitivo e parentalidade: uma estrutura conceitual. *Dev Rev.* 2015;36:105–26. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0273229715000064>
5. Ali E, Letourneau N, Benzies K. Apego pai-filho: uma análise de conceito baseada em princípios. *SAGE Open Nurs.* 2021;7:23779608211009000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/23779608211009000>
6. Leonova EV, Khavylo AV. Affective states, coping and mutual understanding in Russian families during the coronavirus disease 2019 pandemic lockdown. *Front Psychol.* 2021;12:647029. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.647029>

7. Schavarem LN, Toni CGS. A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. *Pensando Fam.* 2019;23(2):147–61. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200012
8. Straus MA, Hamby SL, Boney-McCoy S, Sugarman DB. The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *J Fam Issues.* 1996;17(3):283–316. DOI: 10.1177/019251396017003001
9. Goeke-Morey MC, Cummings EM, Harold GT. Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *J Fam Psychol.* 2003;17(3):327–38. doi:10.1037/0893-3200.17.3.327
10. Conger R, Elder G, Lorenz F, Simons R. Projeto Juventude e Famílias de Iowa, 1989–1992 [Internet]. Inter-university Consortium for Political and Social Research; 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3886/ICPSR26721.v2>
11. Terres-Trindade M, Mosmann CP. Conflitos familiares e práticas educativas parentais como preditores de dependência de internet. *Psico-USF.* 2016;21(3):623–33. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210315>
12. Letourneau N, Tryphonopoulos PD, Giesbrecht GF, Denburg A, Ntanda H, Hart MJ, et al. Attachment & child health (ATTACH) pilot trials: effect of parental reflective function intervention for families affected by toxic stress. *Infant Ment Health J.* 2020;41(4):445–62. DOI: <https://doi.org/10.1002/imhj.21864>
13. Donohue E, Romeo RD, Genovese EB, Brown EJ. Recurring parent-child conflict: a mediator between parental anger management and adolescent behavior. *Fam Consum Sci Res J.* 2022;51(1):6–19. DOI: 10.1111/fcsr.12450
14. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Atualizada até 2024.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 8 out. 2025.
15. Brasil. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante. *Diário Oficial da União*

- [Internet]. Brasília, DF; 27 jun 2014 [citado 8 out 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm
16. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP; 2022.
 17. Pedrosa MRO, Leite FMC. Violência recorrente contra crianças: análise dos casos notificados entre 2011 e 2018 no Estado do Espírito Santo. *Epidemiol Serv Saúde*. 2021;30(3):e2020809. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000300304
 18. Santini PM, Williams LC. Parenting programs to prevent corporal punishment: a systematic review. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 2016;26(63):121–9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/56vJNXxPKRNcZB574Yfph5h/?lang=en>
 19. Brasil. Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024. Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. *Diário Oficial da União [Internet]*. Brasília, DF; 21 mar 2024 [citado 8 out 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2023-2026/2024/lei/L14826.htm
 20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vitória (ES): Censo Demográfico 2022 – População residente e características dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE; 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vitoria.html>
 21. Straus MA, Hamby SL, Finkelhor D, Moore DW, Runyan D. Identification of child maltreatment with the Parent-Child Conflict Tactics Scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse Negl [Internet]*. 1998 [citado 8 out 2025];22(4):249–70. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(97\)00174-9](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00174-9)
 22. Azeredo Bolze SD, Tatsch JS, Bittencourt L, Wagner A. Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. *Cienc Psicol*. 2019;13(1):67–81. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212019000100067

23. Runyan DK, Shankar V, Hassan F, Hunter WM, Jain D, Paula CS, et al. International variations in harsh child discipline. *Pediatrics*. 2010;126(3):e701–11. doi:10.1542/peds.2008-2374
24. Moura ATMS, Moraes CL, Reichenheim ME. Detecção de maus-tratos contra a criança: oportunidades perdidas em serviços de emergência na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2008;24(12):2926–36. doi.org/10.1590/S0102-311X2008001200022
25. Abrahamyan A, Soares S, Fraga S, Barros H. Prevalência de disciplina violenta parental em relação às crianças: resultados de uma população portuguesa. *J Interpers Violence*. 2024;39(9-10):1881–904. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08862605241230552>
26. Portugal. Decreto Lei nº 59/2007, de 4 de setembro. *Diário da República Eletrônico*; 2007. Disponível em: <https://dre.pt>
27. Sege R, et al. Predictors of corporal punishment during the COVID-19 pandemic. *Pediatr Rep*. 2024;16(2):300–312. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/pediatric16020029>. Acesso em: 8 out. 2025.
28. Gershoff ET, Grogan-Kaylor A. Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *J Fam Psychol*. 2016;30(4):453–469. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/fam000191>. Acesso em: 8 out. 2025.
29. González MR, Trujillo A. Examinando o papel moderador do estresse parental na relação entre as crenças parentais sobre o castigo corporal e sua utilização como estratégia de correção de comportamento entre pais colombianos. *Children*. 2024;11(4):384. <https://doi.org/10.3390/children11040384>
30. Peruhype RC, Halboth NV, Brito Alves PA. Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina – MG/ Brasil. *Textos Contextos (Porto Alegre)*. 2011;10(1):170–8. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7948>
31. Rocha PCX, Moraes CL. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Cienc Saúde Colet*. 2011;16(7):3285–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800028>

32. Sol X. Maus-tratos infantis e qualidade de vida entre crianças chinesas urbanas. *J Interpers Violence*. 2021;36(23–24):NP13077–93. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260519900331>
33. Esmaeili DZ, Dehghani M, Ardalan A, Salimi Y, Bagheri Z. Identificação de maus-tratos infantis em crianças iranianas com a escala de táticas de conflito entre pais e filhos. *Ann Med Health Sci Res*. 2014;4(5):713–8. Disponível em: <https://doi.org/10.4103/2141-9248.1415274>
34. Stith SM, Liu T, Davies LC, Boykin EL, Alder MC, Harris JM, et al. Risk factors in child maltreatment: a meta-analytic review of the literature. *Aggress Violent Behav*. 2009;14(1):13–29. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.006>
35. Cuartas J, McCoy DC, Grogan-Kaylor A, Gershoff ET. Castigo físico e resultados ao longo da vida em países de baixa e média renda: uma revisão sistemática e meta-análise multinível. *Nat Hum Behav*. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-025-02164-y>

TÁTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE MÃES E FILHOS E SUA ASSOCIAÇÃO COM EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO AO LONGO DA VIDA

Resultados

Conforme apresentado na Tabela 1, após a realização da Análise de Correspondência Múltipla, a categorização dos estilos de resolução de conflitos parentais revelou perfis distintos entre as mães participantes do estudo. A disciplina não violenta é frequentemente utilizada para cerca de 56% das mães (IC95% 50,9–60,5), além disso, os achados indicaram para cerca de 34% das mães a prática parental de violência psicológica. A punição física foi frequente para a maioria (58,9% IC95% 54,1–63,5), 12,7% utilizam com frequência alguma prática de maus-tratos físicos (IC95% 9,8–16,2), e, 4,3%, as práticas de maus-tratos físicos severos (IC95% 2,7–6,7).

Tabela 1. Estilo da prática parental categorizada de acordo com a análise de correspondência múltipla para as táticas de conflitos entre mães e filhos residentes em Vitória, Espírito Santo-Brasil, 2022. (N=418)

Prática parental com uso de disciplina não violenta			
	N	%	IC95%
Uso frequente	23	55,	50,9-
	3	7	60,5
Uso ocasional	11	27,	23,7-
	6	8	32,3
Não pratica	69	16,	13,2-
		5	20,4
Prática parental com uso de violência psicológica			
Uso frequente	48	11,	8,8-14,9
		5	
Uso ocasional	96	22,	19,2-
		9	27,3
Não pratica	27	65,	60,8-
	4	6	70,0
Prática parental com uso de violência física			
Punição Corporal			

Uso frequente	24 6	58, 9	54,1- 63,5
Uso ocasional	64	15, 3	12,2- 19,1
Não pratica	10 8	25, 8	21,9- 30,3
Maus Tratos físicos			
Uso frequente	53	12, 7	9,8-16,2
Não pratica	36 5	87, 3	83,8- 90,2
Maus tratos físicos severos			
Não pratica	40 0	95, 7	2,7-6,7
Uso frequente	18	4,3	93,3- 97,3

A tabela 2 de análise bivariada, observou relação significativa entre o número de filhos e o uso de disciplina não violenta. No mesmo sentido, a violência psicológica parental, esteve relacionada com raça/cor, escolaridade materna, renda familiar e número de filhos, enquanto o uso de punição corporal esteve relacionado à raça/cor, escolaridade materna e número de filhos. Os maus-tratos físicos estiveram relacionados à faixa etária, raça/cor, escolaridade, renda familiar e número de filhos, enquanto os maus-tratos severos apresentaram relação com a renda familiar e número de filhos ($p < 0,05$).

Tabela 2. Distribuição das práticas parentais segundo as características sociodemográficas e reprodutivas entre as mães residentes em Vitória, Espírito Santo, 2022. (N = 418)

	Disciplina não violenta				Violência Psicológica				Punição corporal				Maus tratos físicos			Maus tratos severos		
	Uso frequente	Uso ocasional	Não utiliza	p-valor	Uso frequente	Uso ocasional	Não agressor	p-valor	Uso frequente	Uso ocasional	Não agressor	p-valor	Uso frequente	Não prática	p-valor	Uso frequente	Não prática	p-valor
	N (%)	N (%)	N (%)		N (%)	N (%)	N (%)		N (%)	N (%)	N (%)		N (%)	N (%)		N (%)	N (%)	
Faixa-etária				0,182				0,400				0,464			0,001			0,637
18 a 24	06 (27,3)	10 (45,5)	06 (27,3)		1 (4,5)	4 (18,2)	17 (77,3)		11 (50,0)	04 (18,2)	07 (31,8)		01 (4,6)	21 (95,5)		00 (0,0)	22 (100,0)	
25 a 34	53 (54,1)	26 (26,5)	19 (19,4)		12 (12,2)	20 (20,4)	66 (67,3)		60 (61,2)	17 (17,3)	21 (21,4)		04 (4,1)	94 (95,9)		05 (5,1)	93 (94,9)	
35 a 44	96 (60,3)	41 (25,8)	22 (13,8)		16 (10,1)	34 (21,4)	109 (68,6)		94 (59,1)	20 (12,6)	45 (28,3)		22 (13,8)	137 (86,2)		09 (5,7)	150 (94,3)	
45 a 59	63 (58,9)	27 (25,2)	17 (15,9)		16 (15,0)	32 (29,9)	59 (55,1)		66 (61,7)	14 (13,6)	27 (25,2)		16 (14,9)	91 (85,1)		03 (2,8)	104 (97,2)	
60 ou mais	15 (46,9)	12 (37,5)	05 (15,6)		3 (9,4)	6 (18,8)	23 (71,9)		15 (46,9)	09 (28,1)	08 (25,0)		10 (14,9)	22 (68,7)		01 (3,1)	31 (96,9)	
Raça-cor				0,430				0,009				0,042			0,009			0,066
Não branca	66 (51,6)	37 (28,9)	25 (19,5)		08 (6,3)	23 (18,0)	97 (75,8)		65 (50,8)	20 (15,6)	43 (33,6)		08 (6,3)	120 (93,8)		02 (1,6)	126 (98,4)	
Branca	167 (28,9)	79 (27,2)	44 (15,2)		40 (13,8)	73 (25,2)	177 (61,0)		181 (15,6)	44 (15,1)	65 (22,4)		45 (15,5)	245 (84,5)		16 (5,5)	274 (94,5)	
Escolaridade				0,437				0,022				0,029			0,18			0,307
0 a 8	32 (48,5)	23 (34,8)	11 (16,7)		10 (15,2)	21 (31,8)	35 (53,0)		40 (60,6)	10 (15,2)	16 (24,2)		14 (21,2)	52 (78,9)		05 (7,6)	61 (92,4)	
9 a 11	95 (59,4)	43 (26,9)	22 (13,8)		22 (13,8)	40 (25,0)	98 (61,3)		108 (67,5)	22 (13,8)	30 (18,8)		23 (14,4)	137 (85,6)		07 (4,4)	153 (95,6)	
≥ 12	106 (55,2)	50 (26,4)	36 (18,8)		16 (8,3)	35 (18,2)	141 (73,4)		98 (51,0)	32 (16,7)	62 (32,3)		16 (8,3)	176 (91,7)		06 (3,1)	186 (96,9)	
Relacionamento conjugal				0,697				0,620				0,378			0,559			0,097

Sim	197 (55,0)	102 (28,5)	59 (16,5)	40 (11,2)	80 (22,4)	238 (66,5)	210 (58,7)	52 (14,5)	96 (26,8)	44 (12,3)	314 (87,7)	13 (3,6)	345 (96,4)
Não	36 (28,5)	14 (23,3)	10 (16,7)	08 (13,3)	16 (26,7)	36 (60,0)	36 (60,0)	12 (20,0)	12 (20,0)	09 (15,0)	51 (85,0)	05 (8,3)	55 (91,7)
Renda em tercil	0,570			<0,00 1			0,102			0,003			0,004
1º tercil	103 (54,2)	51 (26,8)	36 (18,9)	35 (18,4)	49 (25,7)	106 (55,8)	122 (64,2)	27 (14,2)	41 (21,6)	33 (17,4)	157 (82,6)	15 (7,9)	175 (92,1)
2º tercil	71 (59,7)	34 (28,6)	14 (11,8)	09 (7,6)	24 (20,2)	86 (72,3)	69 (57,9)	21 (17,7)	29 (24,4)	16 (13,5)	103 (86,6)	02 (1,7)	117 (98,3)
3º tercil	59 (54,1)	31 (28,4)	19 (17,4)	04 (3,7)	23 (21,1)	82 (75,2)	55 (50,6)	16 (16,7)	38 (34,9)	04 (3,7)	105 (96,3)	01 (0,9)	108 (99,0)
Filhos	0,003			<0,00 1			0,018			<0,00 1			0,037
Um	66 (45,2)	43 (29,5)	37 (25,3)	06 (4,1)	27 (18,5)	113 (77,4)	70 (47,9)	31 (21,2)	45 (30,8)	06 (4,1)	140 (95,9)	03 (2,1)	143 (97,9)
Dois	103 (62,0)	46 (27,7)	17 (10,2)	24 (18,5)	31 (18,7)	11 (66,8)	105 (63,3)	21 (12,7)	40 (24,1)	22 (13,3)	144 (86,8)	06 (3,6)	160 (96,4)
Três ou mais	63 (60,0)	27 (25,7)	15 (14,3)	18 (17,1)	38 (36,2)	49 (46,7)	70 (66,7)	12 (11,4)	23 (21,9)	25 (23,8)	80 (76,2)	09 (8,6)	96 (91,4)

A tabela 3 mostra uma relação entre a exposição à VPI, em qualquer de seus subtipos (psicológica, física ou sexual) ($p < 0,05$), e a maior frequência de uso de punição corporal, maus-tratos físicos e maus-tratos severos ($p < 0,001$).

Tabela 3. Distribuição das práticas parentais segundo a ocorrência de violência por parceiro íntimo ao longo da vida entre as mães residentes em Vitória, Espírito Santo, 2022. (N = 418)

	Disciplina não violenta			Violência psicológica			Punição corporal			Maus tratos físicos			Maus tratos severos		
	Intervencionista N (%)	Prática Mista N (%)	Permissiva N (%)	p-valor	Uso frequente N (%)	Uso ocasional N (%)	Não praticada N (%)	p-valor	Uso frequente N (%)	Uso ocasional N (%)	Não praticada N (%)	p-valor	Uso frequente N (%)	Não praticada N (%)	p-valor
VPI psicológica				0,362				<0,001				<0,001			<0,001
Não	116 (54,98%)	55 (26,07%)	40 (18,96%)		10 (4,7)	43 (20,4)	158 (74,9)		101 (47,9)	40 (15,0)	70 (33,2)		11 (5,2)	200 (94,8)	
Sim	117 (56,52%)	61 (29,47%)	29 (14,01%)		38 (18,4)	53 (25,6)	116 (56,2)		145 (70,1)	24 (11,6)	38 (18,4)		42 (20,3)	165 (79,7)	
VPI física				0,764				<0,001				<0,001			<0,001
Não	166 (56,7)	81 (27,6)	46 (15,7)		22 (7,5)	66 (22,5)	205 (69,9)		154 (52,6)	52 (17,8)	87 (29,7)		22 (7,5)	271 (92,5)	
Sim	67 (53,6)	35 (28,0)	23 (18,4)		26 (20,8)	30 (24,0)	69 (55,2)		92 (73,6)	12 (9,6)	21 (16,8)		31 (24,8)	94 (75,2)	
VPI sexual				0,247				0,001				0,006			<0,001
Não	185 (55,9)	96 (29,0)	50 (15,1)		29 (8,8)	74 (22,4)	228 (68,9)		182 (54,9)	57 (17,2)	92 (27,8)		30 (9,1)	301 (90,9)	
Sim	48 (55,2)	20 (23,0)	19 (21,8)		149 (21,8)	22 (25,3)	46 (52,9)		64 (73,6)	07 (8,1)	16 (18,4)		23 (26,4)	64 (73,6)	
VPI na vida				0,682				<0,001				<0,001			<0,001

Não	108 (54,6)	54 (27,3)	36 (18,2)	08 (4,0)	38 (19,2)	152 (76,8)	90 (45,5)	40 (20,2)	68 (34,3)	08 (4,0)	190 (96,0)	01 (0,5)	197 (99,5)
Sim	125 (56,8)	62 (28,2)	33 (15,0)	40 (18,2)	58 (26,4)	122 (55,5)	156 (70,9)	24 (10,9)	40 (18,2)	45 (20,5)	175 (79,6)	17 (7,7)	203 (92,3)

Os resultados apontam, após os ajustes, que mulheres pertencentes ao primeiro tercil de renda (OR 5,61; IC95% 1,89-16,83) com três filhos ou mais (OR 5,43; IC95%: 2,00-14,74) e com experiência de VPI na vida (OR 4,99; IC95% 2,20-11,30) apresentaram frequentemente cerca de cinco vezes mais chance de uma prática parental com violência psicológica durante um conflito. Ainda, a exposição à violência psicológica por parceiro íntimo esteve associada ao uso frequente da prática parental com violência psicológica (OR 3,50; IC95%: 1,42–8,63).

Tabela 4 . Bruta e ajustada da prática parental com violência psicológica durante um conflito segundo as características sociodemográficas, e a ocorrência de violência por parceiro íntimo ao longo da vida entre as mães residentes em Vitória, Espírito Santo, 2022. (N = 418)

	Uso frequente		Uso ocasional		p	Uso frequente		Uso ocasional		p
	OR	IC95%	OR	IC95%		aOR	IC95%	aOR	IC95%	
Raça-cor					0,01 1					
Não branca	Ref.		Ref.			Ref.		Ref.		0,144
Branca	2,74	1,23-6,09	1,74	1,02-2,96		1,86	0,81-4,26	1,59	0,91-2,76	
Escolaridade					0,02 4					0,432
0 a 8	Ref.					Ref.				
9 a 11	0,79	0,34-1,82	0,68	0,35-1,31		0,93	0,39-2,18	0,73	0,38-1,41	
≥ 12	0,40	0,17-0,95	0,41	0,21-0,80		1,00	0,38-2,60	0,49	0,23-1,03	
Renda em tercil					0,00 1					0,004
1º tercil	6,77	2,31-19,81	1,65	0,93-2,92		5,61	1,89-16,83	1,43	0,79-2,60	
2º tercil	2,15	0,64-7,24	0,99	0,52-1,90		1,91	0,56-6,53	0,91	0,47-1,76	
3º tercil	Ref.		Ref.							
Filhos					<0,0 01					<0,0 1
Um	Ref.		Ref.							
Dois	4,07	1,60-10,34	1,17	0,66-2,08		4,12	1,60-10,61	1,16	0,65-2,08	
Três ou mais	6,92	2,59-18,49	3,25	1,7-5,89		5,43	2,00-14,74	3,04	1,66-5,56	

	Uso frequente		Uso ocasional		p	Uso frequente		Uso ocasional		p
	OR	IC95%	OR	IC95%		aOR	IC95%	aOR	IC95%	
VPI psicológica					<0,001					0,014
Não	Ref.		Ref.			Ref.		Ref.		
Sim	5,12	2,48-10,81	1,68	1,05-2,68		3,50	1,42-8,63	1,60	0,89-2,88	
VPI física					0,001					0,778
Não	Ref.		Ref.			Ref.		Ref.		
Sim	3,51	1,87-6,59	1,35	0,81-2,25		1,13	0,45-2,82	0,81	0,38-1,69	
VPI sexual					0,002					0,923
Não	Ref.		Ref.			Ref.		Ref.		
Sim	3,25	1,68-6,28	1,47	0,83-2,61		1,13	0,46-2,75	1,15	0,54-2,44	
VPI na vida					<0,001					<0,001
Não	Ref.		Ref.			Ref.		Ref.		
Sim	6,23	2,81-13,80	1,90	1,18-3,05		4,99	2,20-11,30	1,76	1,08-2,87	

Em relação a tabela 5, constata-se que mulheres que sofreram violência psicológica por parceiros íntimos apresentam 1,54 vezes (IC95% 1,58-4,08) mais chance para a prática parental frequente de punição corporal, em comparação às mulheres que não apresentam história desse tipo de violência. Ainda, o grupo vítima de VPI ao longo da vida apresentaram cerca de 2,9 vezes mais chance de praticar com frequência a punição corporal durante um conflito com os filhos. (OR 2,85; IC95% 1,78-4,57.)

Tabela 5. Bruta e ajustada da prática parental com punição corporal durante um conflito segundo as características sociodemográficas, e a ocorrência de violência por parceiro íntimo ao longo da vida entre as mães residentes em Vitória, Espírito Santo, 2022. (N = 418)

		Punição corporal									
		Uso frequente		Uso ocasional		Uso frequente			Uso ocasional		
		OR	IC95%	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	aOR	IC95%	p
Raça-cor						0,043					0,222
Não branca	Ref.						Ref.		Ref.		
Branca	1,84	1,14-2,97	1,46	0,76-2,80			1,56	0,94-2,58	1,37	0,69-2,72	
Escolaridade						0,030					0,110
0 a 8	Ref.						Ref.				
9 a 11	1,44	0,71-2,92	1,17	0,44-3,07			1,49	0,73-3,02	1,20	0,46-3,15	
≥ 12	0,63	0,33-1,22	0,83	0,33-2,03			0,73	0,37-1,44	0,92	0,36-2,31	
Renda em tercil						0,107					0,809
1º tercil	2,06	1,19-3,54	1,56	0,73-3,34			1,35	0,69-2,62	1,35	0,54-3,35	
2º tercil	1,64	0,90-2,99	1,72	0,76-3,86			1,25	0,66-2,36	1,56	0,66-3,68	
3º tercil	Ref.						Ref.				
Filhos						0,019					0,069
Um	Ref.						Ref.				
Dois	1,69	1,00-2,85	0,76	0,39-1,53			1,62	0,95-2,76	0,77	0,38-1,54	
Três ou mais	1,96	1,07-3,57	0,76	0,33-1,74			1,70	0,92-3,16	0,75	0,33-1,74	
Violência Psicológica						<0,001					<0,001
Não	Ref.						Ref.				
Sim	2,64	1,65-4,23	1,11	0,58-2,10			1,54	1,58-4,08	1,13	0,69-2,15	
Violência física						<0,001					0,352
Não	Ref.						Ref.				
Sim	2,47	1,44-4,26	0,96	0,43-2,10			1,43	0,73-2,79	0,88	0,34-2,26	
Violência sexual						<0,001					0,663
Não	Ref.						Ref.				
Sim	2,02	1,11-3,69	0,71	0,27-1,82			0,97	0,45-2,11	0,62	1,20-1,95	

	Uso frequente		Uso ocasional		p	Uso frequente		Uso ocasional		p
	OR	IC95%	OR	IC95%		aOR	IC95%	aOR	IC95%	
Violência ao longo da vida					<0,001					<0,001
Não	Ref.					Ref.				
Sim	2,95	1,84-4,71	1,02	0,54-1,93		2,85	1,78-4,57	1,03	0,54-1,97	

A maior chance de maus-tratos físicos contra crianças foi encontrada em mulheres pertencentes a faixa etária de 60 anos e mais (OR 13,51; IC95% 1,45-36,33). No mesmo sentido, as que referem ser de raça/cor brancas (OR 2,41; IC95% 1,01- 5,76), pertencentes ao primeiro tercil de renda (OR 4,76; IC95% 1,59-15,4) e ter três ou mais filhos (OR 4,42; IC95% 1,65–11,79), apresentaram maiores chances de prática de maus-tratos físicos. As participantes com histórico de vitimização psicológica por parceiro íntimo (OR: 4,35; IC95%: 2,06–9,18), e violência geral pelo companheiro ao longo da vida (OR: 6,14; IC95%: 2,68-14,09), também mostraram maiores chances de praticar a agressão contra os filhos mediante conflitos.

Para os maus tratos severos, mulheres pertencentes ao primeiro tercil de renda (OR 7,72; IC95% 1,00-60,15), com histórico de violência física praticada pelo parceiro (OR 14,38 IC95% 1,88-21,14) e violência por parceiro íntimo ao longo da vida (OR 13,00 IC95% 1,70-99,47) tiveram mais chance de praticar esse agravo contra seus filhos como uma tática durante o conflito entre eles.

Tabela 6. Bruta e ajustada da prática parental com maus tratos físicos e severos durante um conflito segundo as características sociodemográficas, e a ocorrência de violência por parceiro íntimo ao longo da vida entre as mães residentes em Vitória, Espírito Santo, 2022. (N = 418)

	Maus tratos físicos			Maus tratos severos								
	Uso frequente			Uso frequente								
	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p
Faixa-etária			0,003			0,003				0,712		
18 a 24	Ref.			Ref.			Ref.					
25 a 34	0,89	0,9-8,40		1,03	0,11-10,00		1,67	1,87-14,82				

	Maus tratos físicos						Maus tratos severos					
	Uso frequente			Uso frequente			Uso frequente			Uso frequente		
	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p
35 a 44	3,37	0,43-26,35		4,65	0,52-38,43		1,86	1,37-15,22				
45 a 59	3,69	0,46-29,42		4,28	0,51-35,88		0,89	0,08-8,91				
60 ou mais	9,55	1,12-31,20		13,51	1,45-36,33		0,76	0,04-9,52				
Raça-cor			0,011			0,048			0,085			0,370
Não branca	Ref.			Ref.			Ref.		Ref.			
Branca	2,76	1,26-6,03		2,41	1,01-5,76		3,68	0,83-16,24		2,02	0,43-9,44	
Escolaridade			0,022			0,799			0,324			
0 a 8	Ref.			Ref.			Ref.					
9 a 11	0,62	0,29-1,30		1,23	0,53-2,88		0,55	0,17-1,83				
≥ 12	0,34	0,15-0,74		1,41	0,52-3,83		0,39	0,12-1,34				
Renda em tercil			0,007			0,028			0,015			0,035
1º tercil	5,52	1,90-16,03		4,96	1,59-15,44		9,26	1,21-71,08		7,72	1,00-60,15	
2º tercil	4,08	1,32-12,61		3,87	1,20-12,48		1,85	0,17-20,65		1,81	0,16-20,34	
3º tercil	Ref.			Ref.			Ref.		Ref.			
Filhos			<0,001			0,012			0,053			0,193
Um	Ref.			Ref.			Ref.		Ref.			
Dois	3,56	1,40-9,05		2,94	1,11-7,76		1,79	0,44-7,28		1,70	0,41-7,00	
Três ou mais	7,29	2,87-18,53		4,42	1,65-11,79		4,47	1,18-16,93		3,24	0,94-15,51	
Violência Psicológica			<0,001			<0,001			0,005			0,242
Não	Ref.			Ref.			Ref.		Ref.			
Sim	4,46	2,31-9,27		4,35	2,06-9,18		18,79	2,48-42,54		2,00	0,63-6,42	

	Maus tratos físicos					Maus tratos severos						
	Uso frequente					Uso frequente						
	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p	OR	IC95%	p	aOR	IC95%	p
Violência física			<0,001			0,073			<0,001			0,010
Não	Ref.			Ref.			Ref.			Ref.		
Sim	4,06	2,24-7,36		2,08	0,93-4,62		6,69	2,33-19,19		14,38	1,88-21,14	
Violência sexual			<0,001			0,638			0,004			0,762
Não	Ref.			Ref.			Ref.			Ref.		
Sim	3,61	1,97-6,61		1,23	0,53-2,88		4,13	1,59-10,74		1,19	0,38-3,74	
Violência ao longo da vida			<0,001			<0,001			0,007			0,013
Não	Ref.			Ref.			Ref.			Ref.		
Sim	6,11	2,80-13,32		6,14	2,68-14,09		16,50	2,17-25,15		13,00	1,70-99,47	

Discussão

Ao investigar a associação entre a tática de resolução de conflitos adotada por mães e seu histórico de violência por parceiro íntimo, pôde se constatar uma relação entre as variáveis. Ainda, vale destacar a alta prevalência de disciplina não violenta na população, o que sugere métodos mistos de resolução de conflitos.

Observa-se que a disciplina não violenta é frequentemente utilizada pela maioria da população estudada corroborando com achados da pesquisa multinacional de Runyan, et.al (2010) que inclui dados brasileiros da cidade de São Paulo, onde a prática de disciplina não violenta se apresenta de forma superior às demais prática na maioria dos países estudados, apesar de serem aplicadas concomitantemente. O mesmo foi constatado por Seleem e Ammer (2020) em um estudo egípcio onde a prevalência de disciplina não violenta foi superior a todas as táticas estudadas, porém, utilizada de forma concomitante às demais não sendo possível visualizar seus efeitos positivos.

Apesar de não se apresentar como um método violento, cabe ressaltar que a disciplina-não-violenta não é um método recomendado para a resolução de conflitos. Pois apesar da ausência de violência e a evitação da continuidade do conflito com o esclarecimento de regras, ela pode mascarar um controle excessivo e uma ideia punitivista. Em contextos como o de conflito, outros métodos podem ser mais eficientes

Codorna e Ward (2022) em sua revisão sistemática chamam atenção à necessidade de métodos disciplinares eficazes que não envolvam punição corporal e possam assim ser uma alternativa acessível aos pais uma vez que o castigo físico apresenta uma ameaça à integridade das crianças. A disciplina positiva é uma opção robusta para o não uso da violência segundo os autores, pois além de reduzir o estresse parental, promove desenvolvimento emocional nas crianças (Codorna e Ward; 2022).

O presente estudo aponta que a maioria das mães não utilizam a prática parental de violência psicológica na resolução de conflitos (65%). Por outro lado, a punição física é frequente (58,9%). O comportamento da população em Vitória se distingue de outros estudos encontrados como por exemplo o realizado por Abrahamyan, et.al (2024) em Portugal onde a violência psicológica foi mais prevalente (76,1%) quando comparada ao uso de punições corporais (74,8%). A exemplo também o estudo brasileiro de Matijasevich, et.al (2025) no município de Pelotas- RS onde a violência psicológica também é mais frequente que os castigos corporais.

Além disso, nota-se que uma em cada dez mães utilizam com frequência alguma prática de maus-tratos físicos, e um número menor, mas importante (4,3%), praticam maus-tratos físicos severos. Tais resultados se assemelham aos encontrados por Rocha e Moraes (2011) onde a prevalência das duas formas de maus tratos foram menores em comparação às outras formas de táticas de conflito. Nesse cenário é importante ponderar Normam, et.al (2012) que em seus estudos sobre os impactos dos maus tratos, define uma relação causal entre maus tratos e doenças mentais, uso de drogas, tentativas de suicídio, infecções sexualmente transmissíveis e comportamento sexual de risco. Os autores reforçam o grande impacto no adoecimento do sujeito e alertam para a magnitude do problema de saúde pública.

Os desfechos de táticas de conflitos quando associados às características sociodemográficas das mães apresentaram correlações importantes para a análise da população. Observa-se maiores frequências de todos os desfechos da escala, entre as mães com três filhos ou mais.

A explicação para associação estar presente não só nos desfechos negativos, mas também no positivo como a disciplina não violenta, foi dada pelos autores e validadores da escala ao descreverem que a disciplina não violenta é na maioria das vezes utilizada concomitantemente aos demais desfechos, constatando que os pais tendem a se utilizar de múltiplas táticas para controlar o comportamento das crianças e adolescentes (Straus, et.al; 1996).

Um estudo sistemático dos Estados Unidos que investigou a incidência de abuso e negligência infantil, observou que os domicílios com quatro ou mais filhos apresentavam taxas significativamente mais altas de maus-tratos, especialmente negligência, que eram mais do que o dobro em comparação aos lares com apenas dois filhos (Merrick, et.al, 2013). Downey (2001) considerou a hipótese da diluição de recursos, justificando atitudes como as de negligência e violência parental em famílias maiores a escassez de recursos parentais (como tempo, atenção, interação verbal, recursos financeiros para educação, etc.). À medida que o número de filhos em uma família aumenta, a quantidade de recursos que pode ser alocada para cada criança individualmente diminui, o que pode levar a um ambiente doméstico mais caótico e estressante.

Para a prática da violência psicológica, nota-se ainda uma associação com a raça e a escolaridade materna. Mães autodeclaradas “não brancas” relataram uso frequente de violência psicológica e ocasional, no mesmo sentido, aquelas com menor escolaridade apresentaram maior frequência desse tipo de abuso e uso ocasional. Além disso, as participantes com menor renda, têm utilização mais frequente ou ocasional da violência psicológica contra os filhos comparado às das mães com maior renda. Os achados estão em acordo com dados de um estudo em outra capital do Brasil na região nordeste (Araújo, et.al; 2023).

Além dos achados acima, verifica-se que a mães autodeclaradas as não brancas e com escolaridade entre 9 e 11 anos, utilizam da punição corporal mais

frequentemente. Em relação ao contexto étnico, o mesmo foi observado por Morgan, et.al (2025) onde os pais brancos apresentavam menos punição corporal contra seus filhos. No contexto de Morgan e colaboradores, a etnia negra foi predominante o que se justifica pela discriminação racial e maior violência contra esse grupo, o que probabilisticamente gera mais comportamentos violentos. O vitimizado tende a se tornar agressor nesse caso. No que diz respeito à escolaridade, a exemplo a pesquisa feita por Côté, et.al (2007) que constata que a baixa escolaridade materna se apresenta como fator de risco a agressões físicas.

A prática de maus-tratos foi a única associada à idade avançada das mães, sendo as de 45 anos ou mais as com utilização mais frequente. O estudo intergeracional na Espanha de García, Martínez, et al. (2020) analisou as diferenças geracionais nas dimensões “afeto” e “rigidez” estando o rígido mais próximo a tipologias de violências parentais. O estudo encontrou uma tendência a um aumento do afeto e redução da rigidez em gerações mais novas, o que apoia a inferência de mudança histórica do relacionamento entre mães e filhos.

Achados semelhantes aos de Mohammed, et.al (2024) em um estudo no Egito onde maus tratos físicos eram mais frequentemente perpetrados por mães mais velhas. Mohammed, et.al (2024) justifica o comportamento diferente da variável em sua população no fato de que apesar de quase todas as mães da amostra possuírem fatores protetivos, como serem casadas e terem mais de 20 anos, o estudo revelou um perfil de risco específico para as mais velhas. Elas tendiam a ter casamentos mais longos e um número de filhos superior (até seis), contexto de baixa renda e maior estresse materno. Consequentemente, isso tende a diminuir a resiliência psicológica necessária para manejar condutas difíceis em situações de conflito com os filhos.

Quanto à escolaridade, observou-se que quanto menor o nível de instrução, maior a frequência de maus-tratos físicos, de modo semelhante ao constatado por Araújo, et.al (2023) que apresenta a prevalência elevada de maus tratos físicos (60,2%) pelas mães com baixa escolaridade. De maneira similar, a renda mais baixa foi associada a uma maior prevalência desse tipo de violência. Resultado semelhante foi constatado por Mersky, et.al (2009) em seu estudo na cidade de Chicago - EUA onde a baixa renda teve forte associação com a prática de maus tratos.

Os achados de Austin, et.al (2021) em uma revisão sistemática sobre fatores de risco e proteção dos maus tratos em crianças também apresentam a renda familiar como fator de risco à prática de maus tratos parental. Mulheres pertencentes ao primeiro tercil de renda apresentaram maior frequência dessa prática, sendo que a ocorrência diminui à medida que aumenta o estrato de renda assim como constatado por Abrahamyan, et.al (2024) em um estudo com população semelhante na cidade de Porto em Portugal.

A Violência por Parceiro Íntimo se associou à todas as formas de VPI (física, sexual e psicológica) para a ocorrência de prática parental violenta (Agressão psicológica, Punição corporal, Maus tratos físicos e Maus tratos físicos graves). Não foram encontrados estudos que relacionem as duas escalas. Entretanto, segundo a revisão sistemática de Chiesa, et.al (2018), a VPI prejudica a parentalidade, levando a uma gama de comportamentos negativos, desde a falta de afeto até maus-tratos graves. A vitimização por VPI está associada à diminuição da comunicação, da conexão e à carência de habilidades parentais eficientes que geram comportamentos violentos por parte dos pais (Chiesa, et.al; 2018).

Cabe ressaltar que o presente estudo além de apresentar a violência psicológica por parceiro íntimo como a mais prevalente, apresenta também associação com todos métodos violentos de resolução de conflitos. A alta prevalência de violência psicológica perpetrada por parceiro íntimo também foi registrada em outro estudo com usuárias do serviço de saúde de Vitória, Espírito Santo (Leite, et.al; 2017).

Além deste, outros estudos também puderam verificar o mesmo em relação a maior prevalência da violência psicológica por parceiro íntimo em relação às demais. Como é o caso do estudo iraniano que constatou uma prevalência de (74,4%) dessa tipologia de violência em sua pesquisa de base populacional com mulheres, que também sofreram maior impacto parental a partir dessa tipologia (Jalili, et.al; 2024). Essa diferenciação é relevante, pois, embora a violência emocional seja a tipologia mais frequente de VPI, seus impactos ainda são frequentemente ignorados e negligenciados (Coll, et.al; 2023).

Mães que sofreram alguma das formas de VPI durante a vida relataram maior frequência de práticas de violência psicológica, punição corporal, maus-tratos físicos e maus-tratos severos. Estudos como uma pesquisa brasileira em outra região do

país, indicam que crianças com mães vítimas de VPI têm duas vezes mais chances de sofrer agressão psicológica ($p = 0,04$) (Silva, et.al; 2017). Além destes, em sua revisão sistemática, Chiesa, et.al (2018) encontraram correlação positiva entre VPI e agressão física e agressão psicológica. Margolin e colaboradores (2003) revelaram em seu estudo que diversas fontes de violência interpessoal, incluindo maus-tratos infantis ocorrem concomitantemente a VPI em lares violentos.

O presente estudo permite compreender o ciclo intergeracional da violência, ao evidenciar que a vitimização da mãe pode repercutir diretamente na forma como exerce a parentalidade, favorecendo a reprodução de comportamentos violentos entre gerações, revelando a complexidade das dinâmicas familiares em contextos de violência. Ao identificar a prevalência de mulheres expostas à VPI e suas características sociodemográficas, o estudo contribui para o direcionamento de estratégias de prevenção e cuidado, subsidiando políticas públicas integradas entre saúde da mulher, saúde da criança e proteção social.

Tais evidências reforçam a necessidade de intervenções precoces em serviços de atenção materno-infantil, com o objetivo de apoiar mães em situação de violência e prevenir práticas parentais violentas, promovendo ambientes familiares mais saudáveis. Dessa forma, a produção de conhecimento nessa área favorece o uso mais eficiente dos recursos públicos e contribui para a redução da carga de doenças associadas à violência ao longo da vida.

Dentre as limitações do estudo vale destacar a possibilidade de viés de memória, uma vez que os dados foram obtidos por meio de autorrelato, dependendo da recordação dos participantes sobre eventos passados, o que pode subestimar os achados. O estudo também está sujeito ao viés de informação devido ao fornecimento de respostas socialmente desejáveis. Todavia, mesmo diante dessas limitações os achados são de grande relevância e revelam a magnitude das táticas de conflitos entre mães e filhos e a importância de outros estudos acerca da temática.

Conclusão

Os achados constatam que a utilização de práticas violentas maternas frente aos conflitos parentais está relacionada a vitimização de violência por parceiro íntimo por parte da mãe em todas as suas tipologias. Além disso, associa as práticas de violência às variáveis sociodemográficas que demonstraram que fatores como a

idade, escolaridade e renda foram diferenciais no momento da resolução dos conflitos parentais. Desta forma o estudo cumpre seu objetivo em avaliar tal associação tendo êxito na análise da população.

Entender como a violência por parceiro íntimo (VPI) afeta a parentalidade é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes, capazes de fortalecer o cuidado parental e romper o ciclo intergeracional da violência. Essa forma de violência, altamente prevalente em países de baixa e média renda, representa um sério obstáculo para o avanço das metas globais de saúde voltadas às mulheres e crianças.

Além das influências da VPI, fatores sociodemográficos e reprodutivos também estiveram associados a uma maior prevalência de violência durante o conflito parental em mães e filhos de até 19 anos de Vitória. Conhecer esse perfil se torna imprescindível para a produção de estratégias em saúde que podem não só impedir o aumento de violência parental, mas também produzir estratégias em saúde que poupem as residentes de viver consequências intergeracionais de violência doméstica.

Sugere-se estratégias de saúde com foco na prevenção da violência infantil iniciando em idade escolar para mitigar os efeitos aos infantes que já sofrem os efeitos, e para a promoção do assunto aos demais que podem estar vulnerabilizados. Além disso, as mulheres devem também ser foco de intervenção no momento em que se é identificada a VPI ou qualquer outra prática de violência parental uma vez que podem ocorrer concomitantemente.

Referências

Abrahamyan, A., Soares, S., Fraga, S., & Barros, H. (2024). Prevalência da disciplina violenta dos pais em relação às crianças: Resultados de uma população portuguesa. *Journal of Interpersonal Violence*, 39(9-10), 1881–1904. <https://doi.org/10.1177/08862605241230552>

Araújo, M. F. M., Silva, E. P., & Ludermir, A. B. (2023). Práticas educativas maternas e transtornos de saúde mental de crianças em idade escolar. *Jornal de Pediatria*, 99(2), 193–202. <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2022.09.004>

- Belsky, J., Conger, R. D., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Introduction to the special section. *Developmental Psychology, 45*(5), 1201–1204. <https://doi.org/10.1037/a0016245>
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2017). Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: Características e estratégias de resolução. *Paidéia (Ribeirão Preto), 27*(1), 457–465. <https://doi.org/10.1590/1982-43272768201713>
- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. *Partner Abuse, 3*(2), 231–280. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.231>
- Chiesa, A. E., Kallechey, L., Harlaar, N., Ford, C. R., Garrido, E. F., Betts, W. R., & Maguire, S. (2018). Intimate partner violence victimization and parenting: A systematic review. *Child Abuse & Neglect, 80*, 285–300. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.028>
- Coll, C. V. N., Barros, A. J. D., Stein, A., Devries, K., Buffarini, R., Murray, L., Arteche, A., Munhoz, T. N., Silveira, M. F., & Murray, J. (2023). Intimate partner violence victimisation and its association with maternal parenting (the 2015 Pelotas [Brazil] Birth Cohort): A prospective cohort study. *The Lancet Global Health, 11*(9), e1393–e1401. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(23\)00282-6](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(23)00282-6)
- Codorna, K. R., & Ward, C. L. (2022). Nonviolent discipline options for caregivers and teachers: A systematic overview of the evidence. *Trauma, Violence, & Abuse, 23*(2), 620–638. <https://doi.org/10.1177/1524838020967340>
- Conger, R. D., Belsky, J., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Closing comments for the special section. *Developmental Psychology, 45*(5), 1276–1283. <https://doi.org/10.1037/a0016911>
- Côté, S. M., Boivin, M., Nagin, D. S., Japel, C., Xu, Q., Zoccolillo, M., Junger, M., & Tremblay, R. E. (2007). The role of maternal education and nonmaternal care services in the prevention of children's physical aggression problems. *Archives of General Psychiatry, 64*(11), 1305–1312. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.64.11.1305>
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2016). Couple conflict, children, and families: It's not just you and me, babe. In A. Booth, A. C. Crouter, M. L. Clements, & T. Boone-Holladay (Eds.), *Couples in conflict: Classic edition* (pp. 117–148). Routledge.
- Downey, D. B. (2001). Number of siblings and intellectual development: The resource dilution explanation. *American Psychologist, 56*(6–7), 497–504. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.6-7.497>

Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *118*(1), 108–132. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.108>

Feldman, R., Masalha, S., & Derdikman-Eiron, R. (2010). Conflict resolution in the parent-child, marital, and peer contexts and children's aggression in the peer group: A process-oriented cultural perspective. *Developmental Psychology*, *46*(2), 310–325. <https://doi.org/10.1037/a0018286>

Garcia, O. F.; Fuentes, M. C.; Gracia, E.; Serra, E.; Garcia, F. Calor e rigor dos pais em três gerações: estilos parentais e ajuste psicossocial. *Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, v. 17, n. 20, p. 7487, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17207487>. Acesso em: 23 out. 2025.

Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T., & Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology*, *17*(3), 327–338. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.3.327>

Gracia, E., Rodríguez, C. M., Martín-Fernández, M., & Lila, M. (2017). Acceptability of family violence: Underlying ties between intimate partner violence and child abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, *35*(17–18), 3217–3236. <https://doi.org/10.1177/0886260517707310>

Jalili, M., Kohan, S., Tarrahi, M. J., & Torabi, F. (2024). Correlation between intimate partner violence during pregnancy and maternal acceptance among primiparous mothers. *Iranian Journal of Medical Sciences*, *49*(2), 101–109. <https://doi.org/10.30476/IJMS.2023.97325.2903>

Leite, F. M. C., Amorim, M. H. C., Wehrmeister, F. C., & Gigante, D. P. (2017). Violence against women in Vitória, Espírito Santo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, *51*, 33. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006815>

Marchand-Reilly, J. F. (2015). Examining links among parents' depressive symptoms, attacking conflict behaviors, childrearing disagreements, and over-reactive discipline. *Journal of Adult Development*, *23*(2), 93–100. <https://doi.org/10.1007/s10804-015-9224-3>

Margolin, G., Gordis, E. B., Medina, A. M., & Oliver, P. H. (2003). The co-occurrence of husband-to-wife aggression, family-of-origin aggression, and child abuse potential in a community sample: Implications for parenting. *Journal of Interpersonal Violence*, *18*(4), 413–440. <https://doi.org/10.1177/0886260503251175>

Matijasevich, A., Maruyama, J. M., Tovo-Rodrigues, L., & Santos, I. S. (2025). Maternal depressive symptoms trajectories and harsh parenting: The mediating role

of maternal quality of life in the 2004 Pelotas Birth Cohort. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 47, e20243652. <https://doi.org/10.47626/1516-4446-2024-3652>

Mohammed, Y. Y., Abu-Nazel, M. W., Aly, R. S. I., El-Harouny, R., & Abo El-Nasr, M. (2024). The role of adverse childhood experiences in predicting child abuse perpetration among married mothers in Alexandria, Egypt: A cross-sectional study. *BMC Women's Health*, 24, 59. <https://doi.org/10.1186/s12905-024-02903-9>

Morgan, C. H., Rodriguez, C. M., Pu, D. F., & Xu, Y. (2025). Approval of parent–child aggression as a mediator of intergenerational child abuse risk: An evaluation of racial differences. *Journal of Family Violence*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s10896-024-00799-5>

Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: A systematic review and meta-analysis. *PLoS Medicine*, 9(11), e1001349. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>

Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2003). Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(6), 1701–1712. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600015>

Rocha, P. C. X., & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: A experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3285–3296. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800028>

Runyan, D. K., Shankar, V., Hassan, F., Hunter, W. M., Jain, D., Paula, C. S., Ikeda, R., ... & Bordin, I. A. (2010). International variations in harsh child discipline. *Pediatrics*, 126(3), e701–e711. <https://doi.org/10.1542/peds.2008-2374>

Schraiber, L. B., Latorre, M. R. D. O., França Jr, I., Segri, N. J., & D'Oliveira, A. F. P. L. (2010). Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. *Revista de Saúde Pública*, 44(4), 658–666. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>

Schulz, C., & Colossi, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando Famílias*, 24(1), 45–64. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a05.pdf>

Seleem, M. A., & Amer, R. A. (2020). Parenting discipline styles and child psychopathology in a clinical sample of Egyptian children from the Nile Delta region. *Middle East Current Psychiatry*, 27, 56. <https://doi.org/10.1186/s43045-020-00063-8>

Silva, A. C. da, Oro, G. Z., & Bossardi, C. N. (2021). Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando Famílias*, 25(2), 239–255.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200017

Silva, J. M. M. da, Lima, M. de C., & Ludermit, A. B. (2017). Intimate partner violence and maternal educational practice. *Revista de Saúde Pública*, 51, 34.

<https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006848>

Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283–316.

<https://doi.org/10.1177/01925139601700300>

7. CONCLUSÃO

Embora a disciplina não-violenta seja amplamente adotada, há uma presença significativa de agressão psicológica e física na tática de resolução de conflitos entre mães e filhos, com destaque para punições corporais e práticas de maus-tratos. Resultado que gera preocupação com os vínculos afetivos, com efeitos duradouros, na saúde mental e no comportamento dos filhos. A vivência da violência pode prejudicar a capacidade de estabelecer relações saudáveis e seguras, perpetuando ciclos de sofrimento e exclusão social. Por isso, prevenir e enfrentar a violência contra crianças é essencial para garantir seu pleno desenvolvimento.

Os achados constataam ainda que a utilização de práticas violentas maternas frente aos conflitos parentais, estão relacionadas à vitimização de violência por parceiro íntimo por parte da mãe em todas as suas tipologias. Além disso, associa as práticas de violência às variáveis sociodemográficas que influenciam o desfecho de prática parental frente aos conflitos.

Conhecer esse perfil se torna imprescindível para a produção de estratégias em saúde que podem não só impedir o aumento de violência parental, mas também produzir estratégias em saúde que poupem as residentes de viverem consequências intergeracionais de violência doméstica. O presente estudo pode não só nortear outros estudos e intervenções, mas também conhecer e registrar a realidade da população de Vitória no Espírito Santo que não havia ainda sido alvo desse tipo de análise.

Fica aqui constatado a necessidade de campanhas de sensibilização pública voltadas à divulgação da legislação que proíbe o castigo corporal, associadas a programas educativos voltados à orientação parental sobre práticas disciplinares não violentas e respeitosas à criança, configuram-se como elementos promotores de transformações nas crenças e comportamentos dos pais frente ao uso de estratégias disciplinares coercitivas.

No que diz respeito à área da psicologia, o pré-natal psicológico se apresenta como uma alternativa robusta à resolução da problemática, uma vez que pode desde

a gestação prevenir o problema familiar. No entanto, cabe ressaltar que os psicólogos não fazem parte da equipe básica de atendimento na Estratégia de Saúde da Família, o que pode se apresentar como um dificultador do processo.

8. REFERÊNCIA

ADAMS, Ryan E.; LAURSEN, Brett. The correlates of conflict: disagreement is not necessarily detrimental. *Journal of Family Psychology*, v. 21, n. 3, p. 445–458, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.3.445>. Acesso em: 18 Jul. 2025.

ALI, Elena; LETOURNEAU, Nicole; BENZIES, Karen. Apego pai-filho: uma análise de conceito baseada em princípios. *SAGE Open Nursing*, v. 7, p. 23779608211009000, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/23779608211009000>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ALTAFIM, E. R. P.; MAGALHÃES, C.; LINHARES, M. B. M. Prevention of Child Maltreatment: Integrative Review of Findings From an Evidence-Based Parenting Program. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 25, n. 3, p. 1938-1953, 2024. DOI: [10.1177/15248380231201811](https://doi.org/10.1177/15248380231201811). Acesso em: 08 jun. 2024

ALMEIDA, Telma Catarina; CARDOSO, Jorge; MATOS, Ana Francisca; MURÇA, Ana; CUNHA, Olga. Adverse childhood experiences and aggression in adulthood: The moderating role of positive childhood experiences. *Child Abuse & Neglect*, v. 154, p. 106929, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.106929>. Acesso em: 18 Ago. 2025.

AMARAL, Grazielle Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis*. Revista eletrônica do curso de pedagogia do campus Jataí, Universidade Federal de Goiás - UFG, Jataí, vol. 8, nº 2, p. 1-20, 2013. DOI: [10.5216/rir.v2i13.22336](https://doi.org/10.5216/rir.v2i13.22336). Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/22336>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ANDRADE, R. D.; SANTOS, J. S.; MAIA, M. A. C.; MELLO, D. F. de. Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança. *Escola Anna Nery*, v. 19, n. 1, p. 181–186, 2015. DOI: [10.5935/1414-8145.20150025](https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150025). Acesso em: 08 jun. 2024

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRAIS, Alessandra da Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; SCHIAVO, Rafaela de Almeida. Depressão e ansiedade gestacionais relacionadas à depressão pós-parto e o papel preventivo do pré-natal psicológico. *Rev. Psicol.*

Saúde, v. 11, n. 2, p. 23-34, 2019. DOI: 10.20435/pssa.v0i0.706. Acesso em: 08 jun. 2024

ASHWINI Tadpatrikar; Manoj Kumar Sharma; Silpa S. Viswanath. Influence of technology usage on family communication patterns and functioning: A systematic review. *Asian Journal of Psychiatry*, v. 58, 2021. DOI: 10.1016/j.ajp.2021.102595. Acesso em: 08 jun. 2024.

BADINTER, Elisabeth. *L'amour en plus: histoire de l'amour maternel*. Paris: Flammarion, 1980.

BADINTER, Elisabeth. *The conflict: how modern motherhood undermines the status of women*. New York: Metropolitan Books, 2012.

BANDURA, Alberto; CERVONE, Daniel. Envolvimento diferencial de influências auto-reativas na motivação cognitiva. *Comportamento organizacional e processos de decisão humana*, v. 38, n. 1, p. 92-113, 1986.

Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2017). Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: Características e estratégias de resolução. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 27(1), 457–465. <https://doi.org/10.1590/1982-43272768201713>

BOWEN, Murray. *Family therapy in clinical practice*. New York: Jason Aronson, 1978.

BOWLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BRENTANI, A.; WALKER, S.; CHANG-LOPEZ, S.; GRISI, S.; POWELL, C.; FINK, G. A home visit-based early childhood stimulation programme in Brazil-a randomized controlled trial. *Health Policy and Planning*, v. 36, n. 3, p. 288–297, 2021. DOI: 10.1093/heapol/czaa19. Acesso em: 08 jun. 2024

BRASIL. Lei nº 14.721, de 8 de novembro de 2023. Altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277, Distrito Federal. Relator: Ayres Britto. Julgado em 05 maio 2011. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRINCA E APRENDE COMIGO. Sobre. Brinca e Aprende Comigo. Disponível em: <https://brincaeaprendecomigo.com.br/sobre/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: PERROT, Michelle e DUBY, Georges (orgs). História das mulheres no ocidente. Porto: Edições Afrontamentos, 1994, vol4.

CRANDALL, Alice Ann; DEATER-DECKARD, Kirby; RILEY, Anne W. Emoção materna e capacidades de controle cognitivo e parentalidade: uma estrutura conceitual. *Revisão do Desenvolvimento*, v. 36, p. 105-126, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0273229715000064>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. p. 415-427. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CONGER, Rand; LASLEY, Paul; LORENZ, Frederick O.; SIMONS, Ronald; WHITBECK, Les B.; ELDER Jr., Glen H.; NOREM, Rosalie. *Projeto Juventude e Famílias de Iowa, 1989-1992*. Consórcio Interuniversitário de Pesquisa Política e Social [distribuidor], 03 nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3886/ICPSR26721.v2>. Acesso em: 23 nov. 2024.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Cunha JA . Manual da versão em português das Escalas de Beck . São Paulo : Casa do Psicólogo ; 2001.

DONOHUE, E.; HALGUNSETH, L. C.; CHILENSKI, S. M.; PERKINS, D. F. Recurring Parent-Child Conflict: A Mediator between Parental Anger Management and Adolescent Behavior. *Fam Consum Sci Res J.*, v. 51, n. 1, p. 6-19, 2022. DOI: 10.1111/fcsr.12450. Acesso em: 08 jun. 2024

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FERREIRA, Juliana de Campos; SANTOS, Simone Aparecida Soares; TOMÉ, Marta Fresneda. Mulher e o mercado de trabalho: uma revisão sobre os percursos da mulher no mercado do trabalho. *Revistas Científicas Eletrônicas da FAEF*, Garça/SP, v. 20, n. 20, p. 1-7, 2011. Disponível em: http://www.faeF.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OToQIVadLbtEKd6_2013-5-3-11-56-25.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

Geng, Z., & Liu, R. (2025). O impacto do vício em smartphones e emoções negativas nas relações entre pais e filhos entre alunos do ensino fundamental. *Fronteiras em psiquiatria*, 16, 1582741. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2025.1582741>

GERARD, J. M.; KRISHNAKUMAR, A.; BUEHLER, C. Marital conflict, parent-child relations, and youth maladjustment: a longitudinal investigation of spillover effects. *Journal of Family Issues*, v. 27, n. 7, p. 951-975, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192513X05286020>. Acesso em 18 de Ago 2025.

GILMER, C. et al. Intervenções de educação parental destinadas a apoiar a transição para a paternidade: uma revisão realista. *International Journal of Nursing*

Studies, v. 59, p. 118-133, 2016. DOI:
<https://doi.org/1fENGE0.1016/j.ijnurstu.2016.03.015>. Acesso em: 23 nov. 2024.

HAMPTON, K. N. Comparing bonding and bridging ties for democratic engagement: everyday use of communication technologies within social networks for civic and civil behaviors. *Information, Communication & Society*, v. 14, n. 4, p. 510–528, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.562219>. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.562219>. Acesso em: 23 nov. 2024

HARMS, Madeline B.; RECORD, Julia. Maltreatment, harsh parenting, and parent–adolescent relationships during the COVID-19 pandemic. *Current Opinion in Psychology*, v. 52, 2023. DOI: 10.1016/j.copsy.2023.101637. Acesso em: 08 jun. 2024

HEINZE, J. E.; HSIEH, H. F.; AIYER, S. M.; BUU, A.; ZIMMERMAN, M. A. Adolescent family conflict as a predictor of relationship quality in emerging adulthood. *Family Relations*, v. 69, n. 5, p. 996–1011, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/fare.12493>. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/fare.12493>. Acesso em: 18 Ago. 2025.

HO, L. L. K.; LI, W. H. C.; CHEUNG, A. T.; LUO, Y.; XIA, W.; CHUNG, J. O. K. Impacto da pobreza nas relações entre pais e filhos, estresse parental e práticas parentais. *Fronteiras em saúde pública*, v. 10, 2022. DOI: 10.3389/fpubh.2022.849408. Acesso em: 08 jun. 2024

HWANG, Woon Young; CHOI, Sun Yeob; AN, Hae Jeong. Concept analysis of transition to motherhood: a methodological study. *Korean Journal of Women Health Nursing*, v. 28, n. 1, p. 8-17, 2022. DOI: 10.4069/kjwhn.2022.01.17. Acesso em: 23 nov. 2024.

KOCH, C.; SCHAEFER, J. R.; SCHNEIDER, M. C.; MOSMANN, C. P. Coparentalidade e Conflito Pais-Filhos em Adolescentes Envolvidos em Práticas Restaurativas. *Psico-USF*, v. 25, n. 2, p. 343–355, 2020. DOI: 10.1590/1413-82712020250212. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250212>. Acesso em: 23 nov. 2024

LEONOVA, Elena V.; KHAVYLO, Alexey V. Affective States, Coping and Mutual Understanding in Russian Families During the Coronavirus Disease 2019 Pandemic Lockdown. *Frontiers in Psychology*, v. 12, p. 647029, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.647029>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LETOURNEAU, N.; ANIS, L.; NTANDA, H.; NOVICK, J.; STEELE, M.; STEELE, H.; HART, M. Attachment & Child Health (ATTACH) pilot trials: effect of parental reflective function intervention for families affected by toxic stress. *Infant Mental Health Journal*, v. 41, n. 4, p. 445–462, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/imhj.21864>. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/imhj.21864>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LINHARES, M. B. M.; ALTAFIM, E. R. P.; GASPARD, C. M.; OLIVEIRA, R. C. A personalized remote video-feedback universal parenting program: a randomized

controlled trial. *Psychosocial Intervention*, v. 31, n. 1, p. 21–32, 2022. DOI: 10.5093/pi2021a9. Acesso em: 08 jun. 2024

LOPES, Maria da Conceição Silva; OLIVEIRA, Maria Heloisa Sousa; SOUSA, Cristiane Vieira. A relação da família na educação e desenvolvimento infantil. *Revista Brasileira de Educação Infantil*, v. 18, n. 2, p. 34-48, 2020. DOI: 10.1590/1980-4415.20201802. Acesso em: 08 jun. 2024.

LUFT, Caroline Di Bernardi, SANCHES, Sabrina de Oliveira ; MAZO, Giovana Zarpellon. Versão brasileira da Escala de Estresse Percebido: tradução e validação para idosos. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, n. 4, p. 606–615, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/bgpXDHZXQXNqVS8JLnLdLhr/?lang=pt#>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LUZ, Alex Faverzani; FUCHINA Rosimeri. A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. *Anais II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Marchand-Reilly, J. F. (2015). Examining links among parents' depressive symptoms, attacking conflict behaviors, childrearing disagreements, and over-reactive discipline. *Journal of Adult Development*, 23(2), 93–100. <https://doi.org/10.1007/s10804-015-9224-3>

MEDEIROS, T. N.; FERREIRA, A. S. S.; SOUSA, J. F. S.; COSTA, D. L. R. Indicadores de saúde mental materna durante a pandemia da COVID-19. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. 1-10, 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.202337010. Acesso em: 08 jun. 2024

MEIER, A. M.; MUFFELS, R. J. A.; DE WITTE, H. The Role of Employment Insecurity in the Well-Being of Mothers and Their Children: A Meta-Analytic Review. *Journal of Family and Economic Issues*, v. 44, p. 59–79, 2023. DOI: 10.1007/s10834-022-09842-3. Acesso em: 08 jun. 2024

MOREIRA, M. E.; GOMES, F. P.; SILVA, A. A. Desenvolvimento socioemocional na primeira infância: uma abordagem multidimensional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 176, p. 195-212, 2020. DOI: 10.1590/19805314717. Acesso em: 08 jun. 2024

OLIVEIRA, Carolina Alves de. Estratégias de enfrentamento do estresse parental em famílias vulneráveis. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 32, n. 3, p. 1-14, 2020. DOI: 10.1590/19824327243. Acesso em: 08 jun. 2024

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Violência contra mulheres: Fatos e números*. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 18 set. 2025.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PARO, H. A.; BUENO, C. R. Relação entre estilos parentais e desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 46, e20180507, p. 1-20, 2020. DOI: 10.1590/s15179702202020180507. Acesso em: 08 jun. 2024

PEDROSO, Márcia Regina de Oliveira; LEITE, Franciéle Marabotti Costa. Violência recorrente contra crianças: análise dos casos notificados entre 2011 e 2018 no Estado do Espírito Santo. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 30, n. 3, e2020809, set. 2021. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000300304&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 maio 2025.

PEREIRA, L. R. A.; VASCONCELOS, R. A. R.; SILVA, F. M. P. Políticas públicas para proteção à maternidade e infância no Brasil: uma análise histórica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00123420, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00123420. Acesso em: 08 jun. 2024

PINHEIRO, M. M. A.; COSTA, M. F. S. Maternidade e mercado de trabalho: os impactos da dupla jornada. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-20223001. Acesso em: 08 jun. 2024

PRIORE, M.D. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999

Priore MD. História das mulheres no Brasil. 2ed. São Paulo: Contexto; 1997.

PU, D. F.; RODRIGUES, C. M. Fatores preditivos da criança e dos pais na percepção do funcionamento familiar de mães e pais. *Journal of Family Psychology: JFP: Revista da Divisão de Psicologia Familiar da Associação Americana de Psicologia (Divisão 43)*, v. 37, n. 1, p. 121-131, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1037/fam0000971>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RACAMIER, P.C.; SENS, C.; CARRETIER, L. La mère et l'enfant dans les psychoses du postpartum. *L'évolution psychiatrique*, n. 4, p. 525-557, 1961.

REICHENHEIM, M. E.; MORAES, C. L.. Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 6, p. 1701–1712, nov. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BCFTCTRgH7Z7mgm6zSz6j5m/?lang=pt> acesso em: 16 jan de 2025.

ROSS, John R.; PATEL, Ramesh. Parenting interventions in low-income settings: A global overview. *Global Mental Health Journal*, v. 7, p. 1-10, 2021. DOI: 10.1017/gmh.2021.15. Acesso em: 08 jun. 2024

SANTOS, Maria Beatriz; ROCHA, Adriana Souza da. Educação infantil e práticas parentais: uma análise da relação entre escola e família. *Educar em Revista*, v. 36, n. 4, p. 12-29, 2020. DOI: 10.1590/0104-4060. Acesso em: 08 jun. 2024

SCHAVAREM, Luana do Nascimento; TONI, Caroline Guisantes de Salvo. A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 147-161, dez. 2019. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200012&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 23 nov. 2024.

Schulz, C., & Colossi, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando Famílias*, 24(1), 45–64.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a05.pdf>

SENNÁ, E. L.; SILVA, C. H.; SOUZA, A. M. Determinantes do estresse parental e suas implicações no desenvolvimento infantil. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 32, n. 2, p. 231-247, 2022. DOI: 10.7322/25275359. Acesso em: 08 jun. 2024

SILVA, Flávia Marques da; LIMA, Andréia de Souza; LOPES, Maria Heloisa. Saúde mental e maternidade em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. *Revista de Psicologia da Saúde*, v. 35, n. 2, p. 18-30, 2023. DOI: 10.1590/1982432. Acesso em: 08 jun. 2024

SMETANA, J. Adolescents' and parents' reasoning about actual family conflict. *Child Development*, v. 60, n. 5, p. 1052–1067, 1989. DOI: <https://doi.org/10.2307/1130779>. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1130779>. Acesso em: 18 set. 2025.

SMETANA, J.; DADDIS, C.; CHUANG, S. “Clean your room!” A longitudinal investigation of adolescent-parent conflict and conflict resolution in middle-class African American families. *Journal of Adolescent Research*, v. 18, n. 6, p. 631–650, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/0743558403254781>. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0743558403254781>. Acesso em: 18 set. 2025.

SMETANA, J.; BRAEGES, J.; YAU, J. Doing what you say and say what you do: reasoning about adolescent-parent conflict in interviews and interactions. *Journal of Adolescent Research*, v. 6, n. 3, p. 276–295, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1177/074355489163002>. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/074355489163002>. Acesso em: 18 set. 2025.

SMETANA, J. G. The development of autonomy during adolescence: a social-cognitive domain theory view. In: SOENENS, B.; VANSTEENKISTE, M.; VAN PETEGEM, S. (Eds.). *Autonomy in adolescent development: towards conceptual clarity*. London: Psychology Press, 2018. p. 53–73. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315636511>. Acesso em: 18 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Manual de orientação: desenvolvimento infantil. 2ª ed. São Paulo: SBP, 2021.

STAATS, S.; VAN DER VALK, I. E.; MEEUS, W. H. J.; BRANJE, S. J. T. Longitudinal transmission of conflict management styles across inter-parental and

adolescent relationships. *Journal of Research on Adolescence*, v. 28, n. 1, p. 169–185, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/jora.12324>. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jora.12324>. Acesso em: 18 set. 2025.

STEVENS, E. E.; PATRICK, T. E.; PICKLER, R. Uma história de alimentação infantil. *Journal of Perinatal Education*, v. 18, n. 2, p. 32-39, 2009. DOI: 10.1624/105812409X426314 . Acesso em: 23 nov. 2024.

Terres-Trindade, M., & Mosmann, C. P.. (2016). Conflitos Familiares e Práticas Educativas Parentais como Preditores de Dependência de *Internet*. *Psico-usf*, 21(3), 623–633. <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210315>. Acesso em: 21 nov. 2024.

UNICEF. Situação mundial da infância 2021: na mente de cada criança. *Relatório Mundial da Infância*. Nova York: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Early childhood development: investing in the future. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Weaver MS, October T, Feudtner C, Hinds PS. "Good-Parent Beliefs": Research, Concept, and Clinical Practice. *Pediatrics*. 2020 Jun;145(6):e20194018. doi: 10.1542/peds.2019-4018. Acesso em: 20 nov 2024.

YULIZAWATI, Y.; MAPUTRA, Y.; ENOSENTRIS, I. P. Transition of roles change of motherhood in women. *Journal of Midwifery*, v. 6, n. 1, p. 74-83, 2021. DOI: 10.31282/jom.2021.6.1.74. Acesso em: 23 nov. 2024.

9. ANEXOS

ANEXO 1

BLOCO 17 - ESCALA DE TÁTICAS DE CONFLITO ENTRE PAIS E CRIANÇAS (CTSPC)
ESTE QUESTIONÁRIO DEVERÁ SER APLICADO ÀQUELAS MULHERES QUE POSSUÍREM
FILHOS DE ATÉ 19 ANOS DE IDADE

Item	"Crianças muitas vezes fazem coisas que são erradas, desobedecem, ou fazem os pais ficarem zangados. A gente gostaria de saber o que A SRA. costuma fazer quando seu filho (a) faz alguma coisa errada, ou te faz ficar irritada ou zangada.	Sim	Não
319.	Você explicou a (nome da criança) por que o que ele/a estava fazendo estava errado?		
320.	Você o/a colocou de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar?		
321.	Você sacudiu (nome da criança)?		
322.	Você bateu no bumbum dele/a com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?		
323.	Você deu a ele/a outra coisa para fazer em vez daquilo que ele/a estava fazendo de errado?		
324.	Você falou alto, berrou ou gritou com (nome da criança)?		
325.	Você deu uma palmada no bumbum de (nome da criança)?		
326.	Você bateu com a mão fechada ou deu um chute com força nele/a?		
327.	Você o agarrou pelo pescoço e o sacudiu?		
328.	Você xingou ou praguejou, quer dizer rogou praga, contra ele/a?		
329.	Você bateu muito em (nome da criança), ou seja, bateu nele/a sem parar, o máximo que V/S conseguiu?		
330.	Você disse alguma vez que iria expulsá-lo/a de casa ou enotá-lo/a para fora de casa?		
331.	Você ameaçou dar um tapa nele/a, mas não deu?		
332.	Você bateu em alguma parte do corpo dele diferente do bumbum com alguma coisa como um cinto, chinelo, escola de cabelo, vara ou outro objeto duro?		
333.	Você deu um tapa na mão, no braço ou na perna de (nome da criança)?		
334.	Você tirou as regalias dele/a ou deixou-o/a sem sair de casa?		
335.	Você deu um beliscão em (nome da criança)?		
336.	Você jogou (nome da criança) no chão?		
337.	Você o/a chamou de estúpido/a, burro/a, preguiçoso/a ou de outra coisa parecida?		
338.	Você deu um tapa/bofetada no rosto, na cabeça ou nas orelhas de (nome da criança)?		

ANEXO 2

	ALGUMA VEZ NA VIDA, A SRA. TEVE ALGUM PARCEIRO ÍNTIMO QUE:	Sim	Não
275.	Ofendeu a Sra. ou fez com que se sentisse mal a respeito de si mesma	1	0
276.	Humilhou a Sra. diante de outras pessoas	1	0
277.	Fez coisas para assustá-la ou intimidá-la de propósito	1	0
278.	Ameaçou machucá-la ou alguém de quem a Sra. Gosta	1	0
279.	Deu-lhe um tapa ou jogou algo na Sra. você que poderia machucá-la	1	0
280.	Empurrou-a ou deu-lhe um tranco/chacoalhão	1	0
281.	Machucou-a com um soco ou com algum objeto	1	0
282.	Deu-lhe um chute, arrastou ou surrou a Sra.	1	0
283.	Estrangulou ou queimou a Sra. de propósito	1	0
284.	Ameaçou usar ou realmente usou arma de fogo, faca ou outro tipo de arma contra a Sra.	1	0
285.	Forçou-a a manter relações sexuais quando a Sra. não queria.	1	0
286.	A Sra. teve relação sexual porque estava com medo do que ele pudesse fazer se a Sra. não aceitasse ter relação.	1	0
287.	Forçou-a a uma relação sexual humilhante	1	0

ANEXO 3

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CCS/UFES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL

Pesquisador: Franciéle Marabotti Costa Leite

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 41628820.6.0000.5060

Instituição Proponente: Centro de Ciências da Saúde

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO - FAPES

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Detalhe:

Justificativa: Envio o produto final da pesquisa

Data do Envio: 13/12/2023

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.224.364

Apresentação da Notificação:

Trata-se do relatório final de um projeto da pesquisadora Franciéle que foi aprovado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (Edital de financiamento: EDITAL FAPES/CNPq/Decit-SCTIE-MS/SESA Nº 09/2020 e PPSUS)

Objetivo da Notificação:

Estimar a prevalência e os fatores associados às violências psicológica, física e sexual nas mulheres vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo residentes do município de Vitória, Espírito Santo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

-

Endereço: Av. Marechal Campos 1468, prédio da direção do Centro de Ciência da Saúde, segundo andar
Bairro: S/N **CEP:** 29.040-091
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3335-7211 **E-mail:** cep.ufes@hotmail.com

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CCS/UFES



Continuação do Parecer: 7.224.364

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

Foi apresentado o relatório final da pesquisa. Em resumo, "Participaram do estudo 1086 mulheres. A prevalência de violência psicológica praticada pelo parceiro íntimo ao longo da vida foi a mais frequente (P: 45,2%; IC95% 42,3-48,2), seguida pela violência física (25,6%; IC95% 23,1-28,3). A violência sexual teve a menor violência entre os tipos de violência estudados (17,2%; IC95% 15,1-19,6). A maioria das mulheres estavam na faixa etária de 60

anos ou mais (24,1%); cerca de 60% não brancas; aproximadamente 49% tinham 12 ou mais anos de estudo; 36,2% estavam no tercil mais pobre (1°); 55,3% eram casadas; e, 42,1% católicas. No que tange às experiências familiares, 22,1% das participantes relataram que a mãe já tinha apanhado de algum parceiro íntimo, e, quase 11% vivenciaram violência sexual na infância. A maioria (50,7%) relatou nunca ter consumido bebida alcoólica e 74% nunca ter fumado. Nota-se que os desfechos em estudo estiveram relacionados à praticamente todas as variáveis independentes, com exceção para a relação entre a violência sexual e a faixa etária, e, a violência física e uso de bebida alcoólica.*

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O relatório foi apresentado contendo todos os itens necessários para sua apreciação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O relatório final atende as disposições da Res. CNS Nº 466 DE 2012.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatorio_final_comite.pdf	13/12/2023 16:08:18	Franciéle Marabotti Costa Leite	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Marechal Campos 1468, prédio da direção do Centro de Ciência da Saúde, segundo andar
Bairro: S/N CEP: 29.040-091
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27)3335-7211 E-mail: cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, fui convidado (a) a participar do estudo intitulado **“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL”**. A participação nesta pesquisa contribui no conhecimento sobre a saúde das mulheres e suas experiências de vida, sendo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo, pela Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite – Pesquisadora Responsável, com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo e quais são os fatores associados a isso. Sua participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Sua participação consiste em participar de uma entrevista, com duração média de 15 minutos, para responder a algumas perguntas sobre seu perfil socioeconômico, comportamental, gineco-obstétrico, experiências de vida e perfil de saúde, bem como, as prevalências de violências praticadas pelo parceiro íntimo e os fatores associados.

Seu nome completo não será registrado, tendo o comprometimento de resguardar a sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação. Você tem o direito de parar a entrevista na hora em que quiser, ou de pular alguma pergunta se não quiser respondê-la. Nesta pesquisa não existem respostas certas ou erradas. Alguns dos assuntos são muito pessoais ou difíceis de conversar o que pode levar a algum desconforto, mas muitas mulheres acharam útil ter tido a oportunidade de falar sobre eles. Caso sinta necessidade, a Sra. poderá contar com o apoio da pesquisadora e ser encaminhada a rede atendimento às vítimas de violência do município de Vitória, se assim o quiser. Lembramos que a Sra. só participa se quiser, mas as suas experiências podem ser muito úteis para ajudar outras mulheres.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão da violência e para a produção de conhecimento científico, isso é de grande importância para o nosso Município. Este estudo contribuirá na obtenção de conhecimento sobre a ocorrência deste fenômeno, permitindo o planejamento de ações específicas que atendam à demanda desse grupo, reduzindo as desigualdades em saúde derivadas dos comportamentos violentos.

Considerando que você não apresentará despesas para participar deste estudo, também não será cabido nenhum ressarcimento financeiro pela participação. Caso sofra algum dano resultante de sua participação na pesquisa, é garantido a você o direito de indenização.

Rúbricas

Caso tenha alguma dúvida ou problema sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora principal do estudo, Profa. Dra. Franciéle Marabotti Costa Leite, pelos telefones (27) 99515-2805 e (27) 3335-7281. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) através do telefone (27) 3335-7211, email cep.ufes@hotmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio Administrativo do CCS, Av. Marechal Campos, 1468, Marulpe, CEP 29.040-090, Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCS/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o teor do presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, como também, os meus direitos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada pelo(a) pesquisador(a) e rubricadas em suas páginas.

Local: _____ Data: _____

Assinatura da Participante

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa **“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE BASE POPULACIONAL”**, eu Franciéle Marabotti Costa Leite, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da Pesquisadora



**Táticas de resolução de conflitos mãe-filho em capital do
Sudeste: prevalência e fatores associados**

Journal:	<i>Revista da Escola de Enfermagem da USP</i>
Manuscript ID	REEUSP-2025-0351
Manuscript Type:	Original Article
Descriptors - Please find your keywords from the following lists http://decs.bvs.br/ and http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh.:	Conflito familiar, Relacionamento familiar, Abuso infantil

SCHOLARONE™
Manuscripts